



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 06 | junho 2018



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: junho de 2018

Elaborado com informação disponível até ao dia 28 de junho.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0249-077 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

0200 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpearl.gov.pt>

ISSN: 1747-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Comércio internacional português do calçado - 2012 a 2017	35
Iniciativas e Medidas Legislativas	45
Lista de Acrónimos	49

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No início do 2.º trimestre de 2018, assistiu-se a uma aceleração da produção industrial mundial para 3,9% em termos homólogos em abril (3,7% em março) devido ao reforço do crescimento dos países emergentes e em desenvolvimento; já que as economias avançadas abrandaram. Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também foi mais forte, associado sobretudo ao maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente da Ásia.
- * O PIB do G20 desacelerou ligeiramente para 3,9% em termos homólogos reais no 1.º trimestre de 2018 (4,0% no 4.º trimestre de 2017), o qual foi influenciado por um abrandamento da economia da União Europeia, Japão e Canadá; em contraste com o reforço do crescimento dos EUA. De entre os países emergentes, destaca-se uma melhoria do PIB da Índia para 7,4% (6,9% no último trimestre de 2017) e um abrandamento do Brasil, para 1,6%.
- * Os indicadores disponíveis para o 2.º trimestre de 2018 para os EUA indicam a continuação de um crescimento económico moderado (melhoria da produção industrial e das vendas a retalho, em linha com a manutenção de um crescimento forte do consumo privado). O mercado de trabalho evoluiu favoravelmente, tendo a taxa de desemprego baixado para 3,9%, em média, nos meses de abril e maio de 2018 e, a taxa de inflação seguiu a tendência ascendente, tendo subido, em média, para 2,6% (2,3% no 1.º trimestre).
- * No 1.º trimestre de 2018, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 2,4% e 2,5% em termos homólogos reais, respetivamente (2,7% e 2,8%, designadamente, no 4.º trimestre de 2017) refletindo um menor crescimento das exportações. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália de maio de 2018, o PIB trimestral em cadeia da área do euro diminuiu, pelo 3.º mês consecutivo (+0,4%, no 1.º trimestre). No conjunto dos meses de abril e maio de 2018, o indicador de sentimento económico continuou a evoluir no sentido descendente tanto para a UE como para a AE. Em abril de 2018, a taxa de desemprego manteve-se em 7,1% para a UE; enquanto baixou para 8,5% para a AE. Em maio de 2018, a taxa de inflação da área do euro aumentou para 1,9% em termos homólogos (o valor mais elevado de há um atrás) e manteve-se em 1,4% em termos de variação dos últimos 12 meses.
- * Em junho de 2018 e, até ao dia 27, o preço *spot* do petróleo Brent recuou para se situar, em média, em 76 USD/bbl (65 €/bbl). Entretanto, a 22 deste mês, a reunião da OPEP com outros parceiros decidiu aumentar em 1 milhão de barris diários de petróleo, a fim de atenuar alguma escassez da oferta provocada pela instabilidade política na Venezuela e pela persistência de tensões geopolíticas no Médio Oriente.
- * As taxas de juro de curto prazo caíram levemente, em junho de 2018, nos EUA, para 2,33%, em média, até ao dia 27, apesar da Reserva Federal, ter decidido, em meados do mês, aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 1,75% e 2,00%. Pelo contrário, para a área do euro, estas apresentaram uma tendência sensivelmente ascendente, situando-se em -0,32%. Também, no mês de junho, o Conselho do BCE anunciou o fim do programa de compras líquidas (QE) no final do ano, tendo decidido reduzi-las de 30 para 15 mil milhões de euros por mês, a partir de outubro; enquanto as taxas de juro oficiais vão manter-se inalteradas, pelo menos, até depois do verão de 2019.
- * O euro face ao dólar continuou a depreciar-se, para 1,16, no dia 27 de junho de 2018, refletindo expectativas de algum abrandamento da economia da área do euro, ampliado pelo impacto de políticas protecionistas dos EUA e de divergência de política monetária entre os dois lados do Atlântico.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE, o indicador de clima económico aumentou em maio para o máximo desde 2002, repetindo o feito em junho e dando continuidade à evolução positiva registada ao longo deste ano.
- * Na indústria transformadora, o Índice de Produção registou um aumento de 1,1% e o Índice de Volume de Negócios apresentou uma variação de 7,9% (1,8% e -2,1% no mês precedente).
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho, no trimestre terminado em abril, registou uma desaceleração quando comparado com o primeiro trimestre do ano. Enquanto isso, as vendas de veículos ligeiros de passageiros aumentaram em cadeia e diminuíram em termos homólogos.
- * Os indicadores qualitativos de opinião dos agentes económicos apresentaram uma evolução mista no trimestre terminado em maio; quer os indicadores de confiança dos consumidores quer os de confiança dos empresários.
- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 8,0% no trimestre terminado em abril, o que representa uma diminuição de 1,1 p.p. face ao registado no 1.º trimestre de 2018.
- * Até abril de 2018, o saldo acumulado da balança corrente foi de -722 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 527 milhões de euros, em termos homólogos.
- * A taxa de desemprego registada em abril de 2018 foi de 7,4%, menos 0,1 p.p. do que em março e o valor mais baixo desde 2003. Enquanto isso, o Emprego registou um crescimento de 2,1% (menos 0,6 p.p. do que no mês anterior).
- * A variação do IPC, em maio, foi de 1,0% (mais 0,6 p.p. que em abril), enquanto o IPC subjacente cresceu 0,9%, uma aceleração face aos 0,2% registados em abril.
- * O saldo global da execução orçamental das Administrações Públicas¹ registou em maio um agravamento de cerca de 1.592 milhões de euros face ao período homólogo², tendo-se fixado em -2.225 milhões de euros. No mesmo período, o saldo primário atingiu os 1.506 milhões de euros, representando um agravamento de 1.260 milhões de euros relativamente ao período homólogo. O agravamento do saldo ficou a dever-se a uma redução da receita efetiva de 2,3% e a um aumento da despesa efetiva de 2,9%.
- * Apenas os subsectores da Segurança Social e da Administração Local contribuíram com saldos positivos para o saldo global do sector das Administrações Públicas.
- * A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) aumentou em maio cerca de 4.233 milhões de euros (1,7%) face ao mês anterior, colocando o stock de dívida bruta em 250.085 milhões de euros. O stock da dívida líquida aumentou 1.453 milhões de euros devido a um aumento superior dos depósitos detidos pela Administração Central.
- * A dívida direta do Estado, denominada em euros, fixou-se no final de maio, em 242.408 milhões de euros, representando um aumento de 772 milhões de euros relativamente ao mês anterior (0,3%).
- * Com exceção do prazo a 6 meses, os leilões de colocação Bilhetes do Tesouro realizados em junho confirmaram a inversão do ciclo descendente das respetivas taxas de juro de curto prazo, apresentando uma subida no prazo a 3. Os leilões de Obrigações do Tesouro de junho revelam também uma inversão de tendência das taxas de juro destes instrumentos.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se sempre ao período homólogo do ano anterior.

Comércio Internacional

- * Os resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional recentemente divulgados³ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 6,4% nos primeiros quatro meses de 2018. Neste mesmo período, as importações aumentaram 8,2%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 16,5%, no valor de 665 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 80,4%, menos 1,4 p.p. que em igual período de 2017.
- * Nos primeiros quatro meses de 2018, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos (7,1%), foi superior ao crescimento das exportações totais. As importações cresceram a um ritmo superior ao das exportações (8,4%), em termos homólogos, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 16%.
- * No último ano a terminar em abril de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 8% em termos homólogos, com a generalidade dos grupos a contribuírem positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Material de transp. terrestre e suas partes” (3,1 p.p.), dos “Minérios e metais” (1,1 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (1,0 p.p.). Nos primeiros quatro meses de 2018, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes” (4,4 p.p.), seguido do contributo dos “Minérios e metais” e dos “Produtos acabados diversos” (ambos com 0,7 p.p.).
- * De janeiro a abril de 2018, as exportações para o mercado comunitário cresceram 9,8 %, em termos homólogos, tendo contribuído em 7,3 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram um crescimento de 8,6%, em termos homólogos, e as exportações para os países do Alargamento 31,5 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 6,1 p.p. e 1,2 p.p. As exportações para a França, o segundo mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (13,4% do total de janeiro a abril de 2018), registaram o maior contributo Intra UE-15 (1,6 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a Alemanha e Espanha (1,3 p.p. e 1,2 p.p., respetivamente).
- * Nos primeiros quatro meses de 2018, as exportações para os Países Terceiros decresceram 3,6%, em termos homólogos, passando a representar 23,2% do total das exportações nacionais (menos 2,4 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para o Brasil (40,8%), Canadá (24,6%) e Argélia (6,5%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de abril de 2018, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 6,6%, em termos homólogos, nos primeiros quatro meses de 2018. A componente de Serviços registou um melhor desempenho (6,9%) face à dos Bens (6,4%), sendo a componente de Bens a que registou um maior contributo (4,4 p.p.) para o crescimento do total das exportações.

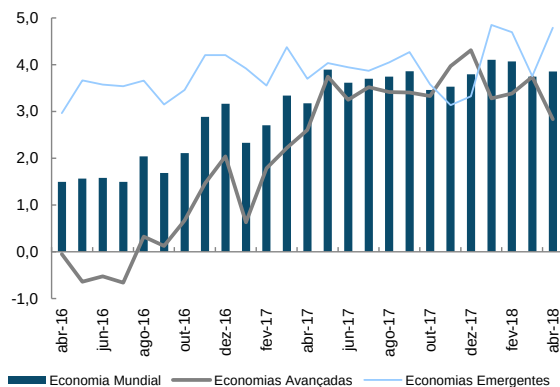
³ Resultados mensais preliminares de janeiro a abril de 2018.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em abril de 2018, a produção industrial mundial acelerou para 3,9% em termos homólogos (3,7% no mês precedente) devido ao reforço do crescimento dos países emergentes e em desenvolvimento; já que as economias avançadas abrandaram.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



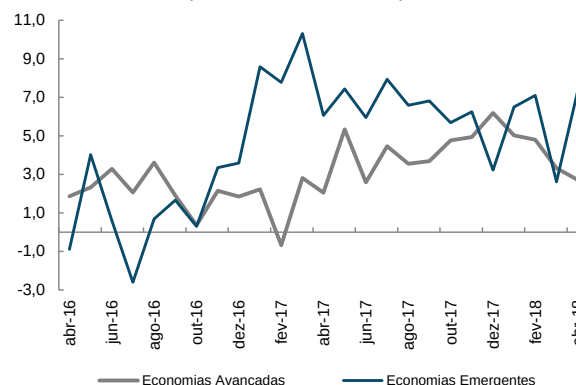
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também se tornou mais intenso associado sobretudo ao fortalecimento das exportações de mercadorias.

De facto, em abril de 2018 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 4,4% (1,9% em março);
- as exportações e importações aceleraram para 4,3% e 4,5%, respetivamente (0,8% e 3,0%, designadamente, no mês precedente).

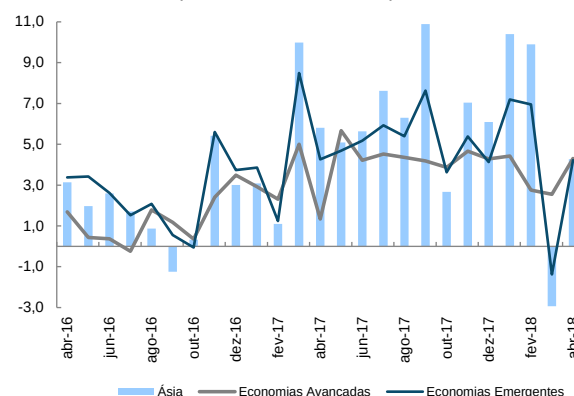
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

No início do 2.º trimestre de 2018, assistiu-se a um maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente da Ásia. Para as economias avançadas, registou-se um recuo das importações; enquanto as exportações aceleraram.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

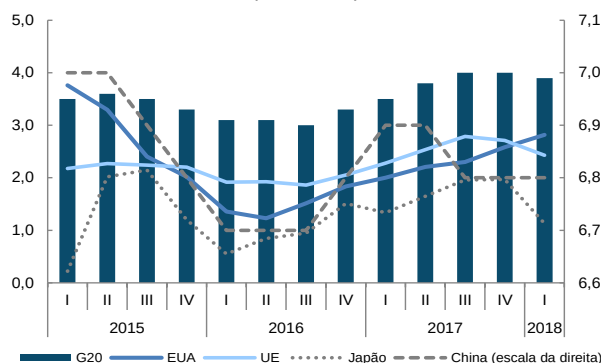
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017				2018	2018			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,4	2,8	3,6	3,8	3,6	4,0	4,1	4,1	3,7	3,9
Economias Avançadas	VH	CPB	3,0	1,5	3,2	3,4	3,9	3,5	3,3	3,4	3,7	2,8
Economias Emergentes	VH	CPB	3,8	4,0	3,9	4,1	3,3	4,4	4,8	4,7	3,8	4,8
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	4,6	4,1	4,4	5,2	4,8	4,2	5,6	5,2	1,9	4,4
Importações Mundiais	VH	CPB	4,8	4,3	4,6	5,1	5,2	4,8	5,6	5,7	3,0	4,5
Economias Avançadas	VH	CPB	3,5	1,4	3,3	3,9	5,3	4,4	5,0	4,8	3,3	2,7
Economias Emergentes	VH	CPB	6,9	8,9	6,5	7,1	5,0	5,4	6,5	7,1	2,6	7,3
Exportações Mundiais	VH	CPB	4,4	3,9	4,2	5,2	4,3	3,7	5,6	4,6	0,8	4,3
Economias Avançadas	VH	CPB	3,9	3,4	3,7	4,4	4,3	3,2	4,4	2,8	2,6	4,3
Economias Emergentes	VH	CPB	5,0	4,5	4,7	6,3	4,4	4,2	7,2	7,0	-1,4	4,2

Atividade Económica Extra-UE

No 1.º trimestre de 2018, o PIB do G20 desacelerou ligeiramente para 3,9% em termos homólogos reais (4,0% no 4.º trimestre de 2017), influenciado pelo abrandamento da economia da União Europeia, Japão e Canadá; contrastando com o reforço do crescimento dos EUA. De entre os países emergentes, destaca-se um reforço do PIB da Índia; enquanto o do Brasil desacelerou.

Figura 1.4. PIB do G20, em volume
(VH, em %)



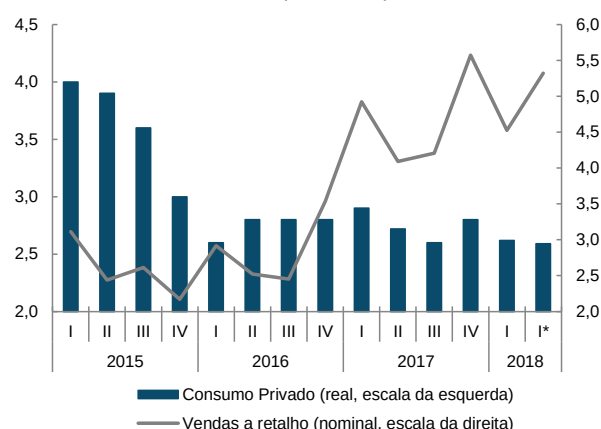
Fonte: OCDE.

Os indicadores disponíveis para o 2.º trimestre de 2018 para os EUA indicam a continuação de um crescimento económico sólido e uma evolução favorável do mercado de trabalho. No conjunto dos meses de abril e maio de 2018 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial aumentou para 3,6% (3,3% no 1.º trimestre) acompanhado de indicadores robustos de confiança dos empresários;
- as vendas a retalho aceleraram para 5,3% (4,5% no 1.º trimestre) em linha com a manutenção de um crescimento forte do consumo privado;
- a taxa de desemprego desceu para 3,9% (4,1% no 1.º trimestre) e a taxa de inflação seguiu a tendência ascendente, tendo aumentado para 2,6% (2,3% no 1.º trimestre).

As exportações de bens registaram um aumento de 11,4% em termos homólogos nominais em abril de 2018 (10,8% em março).

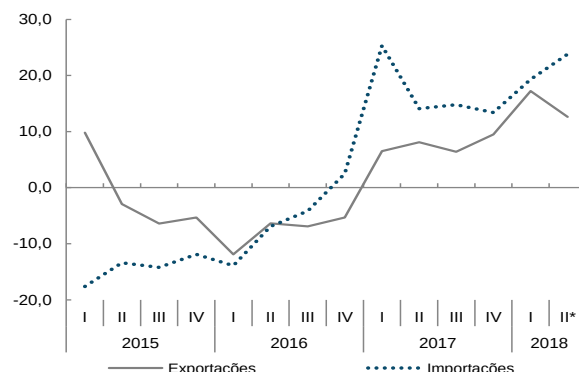
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis. Census Bureau. * média de abril e maio p/ vendas a retalho e trimestre terminado em abril p/ consumo privado.

Os indicadores disponíveis para a China sugerem uma atividade económica interna menos robusta no 2.º trimestre de 2018, refletido através do abrandamento da produção industrial e das vendas a retalho. Também, no conjunto dos meses de abril e maio de 2018 e, em termos homólogos nominais, as exportações de bens registaram um crescimento menos forte, tendo aumentado 12,6% (17,2% no 1.º trimestre).

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China
(VH nominal, em %)



Fonte: OMC. * média dos meses de abril e maio.

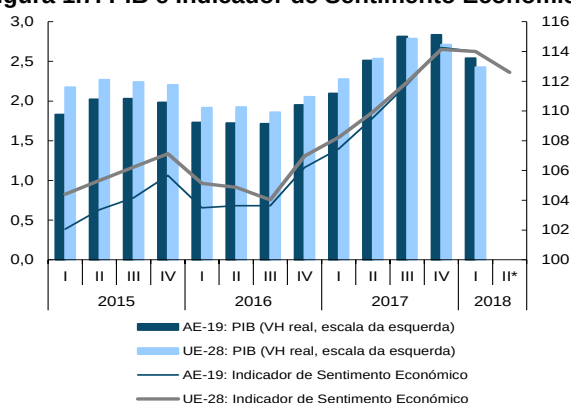
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-EU

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017				2018	2018			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
EUA – PIB real	VH	BEA	2,3	2,0	2,2	2,3	2,6	2,8	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	16	0,2	19	13	3,0	3,3	3,7	3,6	3,6	3,5
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,5	56,7	55,8	58,7	58,7	59,7	60,8	59,3	57,3	58,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,2	60,9	61,3	58,2	60,1	61,1	62,8	60,6	59,1	61,3
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	96,8	97,2	96,4	95,1	98,4	99,0	99,9	101,4	98,8	98,0
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,4	4,7	4,3	4,3	4,1	4,1	4,1	4,1	3,9	3,8
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	6,9	6,9	6,8	6,8	6,8	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	7,9	6,5	8,1	6,4	9,5	17,2	43,7	-2,9	12,6	12,6
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,7	1,3	1,6	2,0	2,0	1,1	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de abril e maio de 2018, o indicador de sentimento económico continuou a diminuir tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE). De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de maio de 2018, o PIB trimestral em cadeia da AE diminuiu pelo 3.º mês consecutivo (+0,4%, no 1.º trimestre).

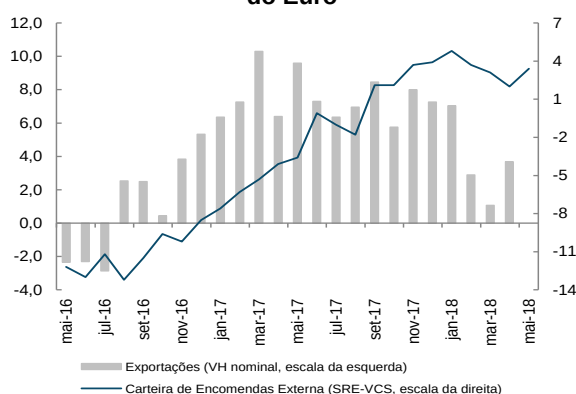
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * média de abril e maio.

Os indicadores quantitativos para a área do euro em abril de 2018, indicam algum abrandamento da atividade económica (desaceleração tanto da produção industrial como das vendas a retalho); enquanto as exportações de bens melhoraram.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro

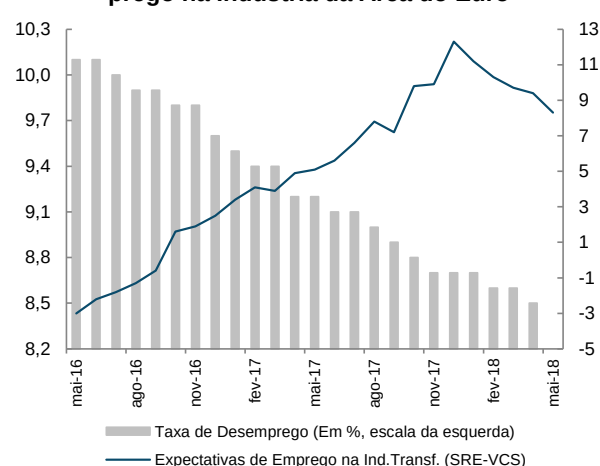


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em abril de 2018, a taxa de desemprego estabilizou em 7,1% para a União Europeia; enquanto baixou ligeiramente para 8,5% para a área do euro.

Em maio de 2018, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para a indústria transformadora e comércio a retalho; enquanto melhoraram para o setor da construção.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em maio de 2018, a taxa de inflação da área do euro aumentou para 1,9% em termos homólogos (o valor mais elevado de há um ano atrás); mantendo-se, contudo, em 1,4% em termos de variação dos últimos 12 meses. A evolução ascendente da taxa de inflação refletiu a subida expressiva dos preços de energia, refletindo o aumento do preço do petróleo e a dissipação do efeito de base relacionado com o calendário da Páscoa.

Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis aceleraram para 2,3% em termos homólogos nominais no 1.º trimestre de 2018 (1,6% no 4.º trimestre de 2017).

O emprego total da economia abrandou para 1,4% em termos homólogos na AE no 1.º trimestre de 2018 (1,6% no período anterior) acompanhado de uma produtividade ligeiramente menos intensa, cujo aumento foi de 1,1% em termos homólogos (1,2% no 4.º trimestre de 2017).

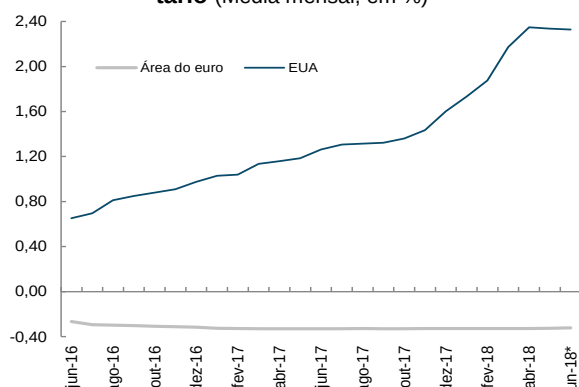
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017				2018	2018			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	2,4	2,3	2,5	2,8	2,7	2,4	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,1	108,2	109,9	111,9	114,1	114,0	114,5	112,7	112,4	112,8
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	2,4	2,1	2,5	2,8	2,8	2,5	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,8	107,5	109,5	111,8	114,3	114,0	114,3	112,8	112,7	112,5
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,0	1,1	2,6	4,1	4,0	3,3	2,7	3,2	1,8	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,3	2,0	2,6	2,5	2,0	1,6	1,7	1,4	1,7	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,1	9,4	9,2	9,0	8,7	8,6	8,6	8,6	8,5	:
IHPC	VH	"	15	18	15	14	14	12	11	13	13	19

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em junho de 2018 e, até ao dia 27, as taxas de juro de curto prazo caíram levemente para os EUA para 2,33% (2,34% em maio), apesar da Reserva Federal, ter decidido no dia 13, aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 1,75% e 2,00%. Pelo contrário, para a área do euro, estas apresentaram uma tendência sensivelmente ascendente, situando-se, em -0,32% (-0,33%, desde o início de 2017).

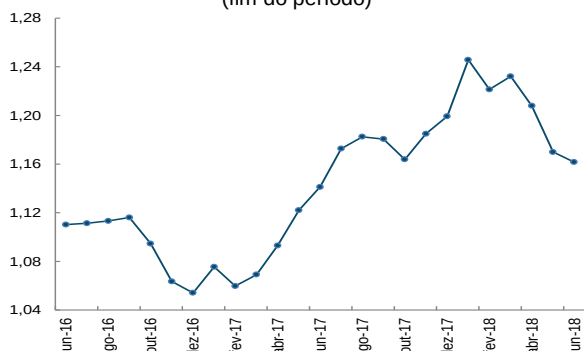
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 27.

Em maio de 2018, as taxas de juro de longo prazo subiram tanto para os EUA como para a área do euro, de igual magnitude. No final desse mês, em consequência da instabilidade política em Itália, assistiu-se a um aumento da aversão ao risco, tendo conduzido a uma subida das taxas de juro de dívida soberana dos países periféricos da área do euro.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



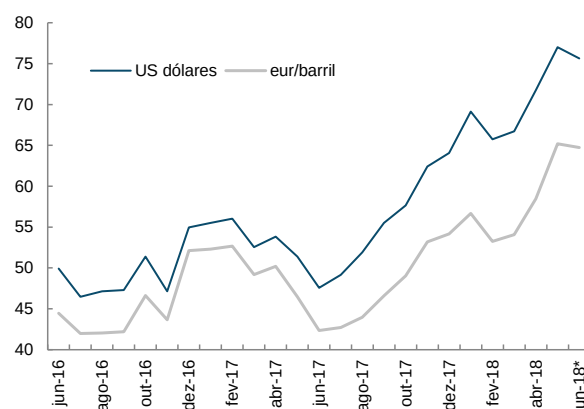
Fonte: Banco de Portugal. Para junho, o valor é do dia 27.

Em junho de 2018, o euro continuou a depreciar-se face ao dólar, situando-se em 1,16 no dia 27 (-0,7% e -3,1%, respetivamente, face ao final de maio e do ano de 2017). Esta evolução refletiu a perspetiva de algum abrandamento da economia da área do euro ampliado pelos receios do impacto das tensões comerciais associadas às políticas protecionistas dos EUA; em acumulação com expectativas de política monetária divergente entre a AE e os EUA.

Em maio de 2018, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 56,4 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Em junho de 2018, os preços do petróleo Brent recuaram ligeiramente, para se situarem, em média, até ao dia 27, em 76 USD/bbl (65 €/bbl).

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGE, IGCP e BP. * Média até ao dia 27.

Entretanto, a 22 de junho de 2018, foi decidido na reunião da OPEP com outros parceiros, o aumento de 1 milhão de barris diários de petróleo, a fim de atenuar alguma escassez na oferta provocada pela instabilidade política na Venezuela e a possível aplicação de sanções económicas dos EUA ao Irão.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017					2018			
				1T	2T	3T	4T		1T	fev	mar	abr
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,32
Yield OT 10 anos – EUA **	%	Eurostat	2,33	2,44	2,26	2,24	2,37	2,76	2,86	2,84	2,87	2,98
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,17	1,41	1,17	1,12	0,99	1,16	1,27	1,17	1,13	1,24
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,199	1,069	1,141	1,181	1,199	1,232	1,221	1,232	1,208	1,170
Dow Jones*	VC	Yahoo	25,1	4,6	3,3	4,9	10,3	-2,5	-4,3	-3,7	0,2	10
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	6,5	6,4	-1,7	4,4	-2,5	-4,1	-4,7	-2,3	5,2	-3,7
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	54,79	54,69	50,92	52,19	61,38	67,19	65,73	66,72	71,76	77,01
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	21,6	55,7	8,44	11,11	19,97	22,85	17,3	27,0	33,3	49,8
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	19,2	60,9	11,4	5,6	9,8	6,4	1,1	10,0	16,5	40,3
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	42,1	45,0	40,6	38,6	45,8	49,2	50,2	47,5	49,7	56,4

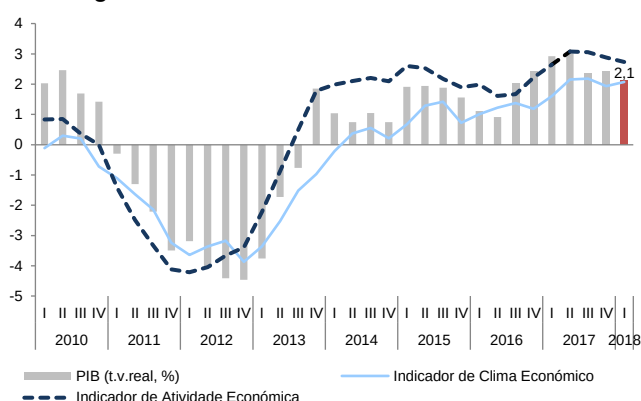
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE, o indicador de clima económico aumentou em maio para o máximo desde 2002, repetindo o feito em junho e dando continuidade à evolução positiva registada ao longo deste ano.

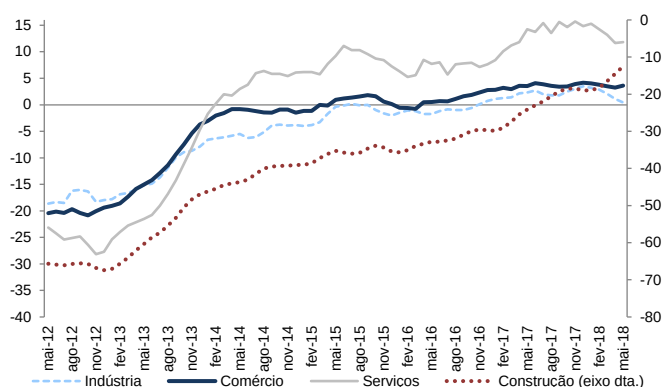
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No trimestre terminado no mês de maio, e face ao 1º trimestre, registou-se uma melhoria significativa no indicador de confiança relativo ao setor da construção a par de uma ligeira melhoria no comércio, e uma deterioração nos indicadores de confiança nos serviços e, principalmente, na indústria.

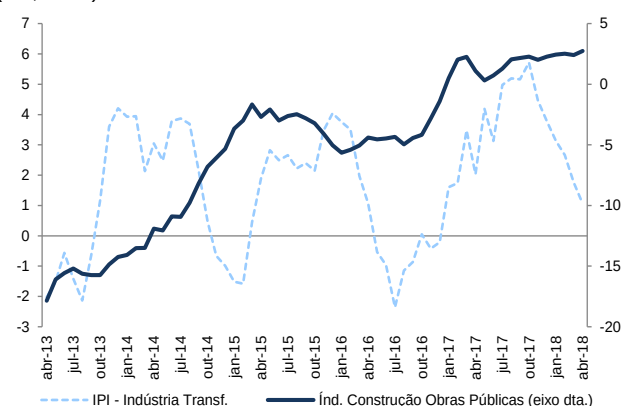
Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE

Esta aceleração simétrica entre a indústria e a construção também é visível quando se analisa a variação homóloga dos respetivos índices de produção, embora ambos tenham registado aumentos homólogos (Fig. 2.3). No trimestre terminado em abril de 2018, o indicador de atividade económica do INE registou um crescimento homólogo de 2,9%, acelerando 2 p.p. em relação ao primeiro trimestre.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em abril, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou um aumento de 1,1% e o Índice de Volume de Negócios apresentou uma variação de 7,9% (1,8% e -2,1% no mês precedente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um crescimento de 2,7% (que compara com 2,4% em março);
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços cresceu 5,2% face ao período homólogo em (-0,4 p.p. face a março);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 3,4%, desacelerando 1,7 p.p. relativamente ao mês precedente.

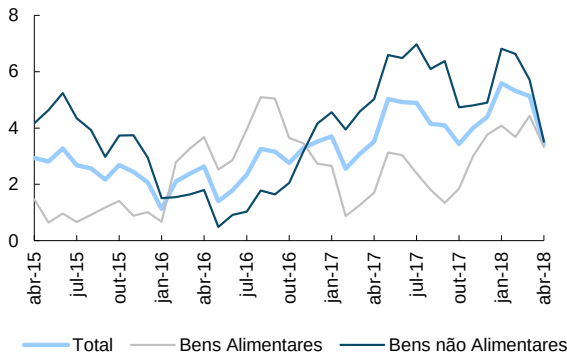
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017				2018	2018				
				1T	2T	3T	4T		1T	jan	fev	mar	abr
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	2,7	2,9	3,0	2,4	2,4	2,1	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	2,0	16	2,2	2,2	19	2,1	19	19	2,1	2,1	2,3
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	2,3	14	2,7	1,8	3,5	2,1	2,9	16	1,7	0,1	-0,5
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	3,7	3,0	4,1	3,4	4,2	3,5	3,8	3,5	3,2	3,0	4,6
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	13,8	11,2	13,7	15,6	14,8	13,2	15,1	13,2	11,2	10,5	13,7
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-22,2	-27,4	-23,0	-19,2	-19,0	-16,5	-18,2	-16,8	-14,5	-12,3	-10,8
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	3,9	3,5	3,1	5,2	3,8	1,8	4,2	2,9	-1,7	2,1	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	6,3	9,3	5,3	8,7	19	-2,1	-15,9	4,8	6,5	13,4	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	6,7	5,6	8,1	7,2	5,7	5,5	6,8	5,3	4,5	5,7	:

Consumo Privado

No trimestre terminado em abril, o índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento médio homólogo de 3,4%, desacelerando 1,7 p.p. quando comparado com o primeiro trimestre do ano. A componente alimentar deste índice cresceu 3,3% no mesmo período (4,4% no 1ºT) enquanto a componente não alimentar registou um crescimento de 3,5% (menos 2,2 p.p. do que no 1ºT).

Figura 2.4. Volume de Negócios do Comércio a Retalho
(MM3, VH, %)

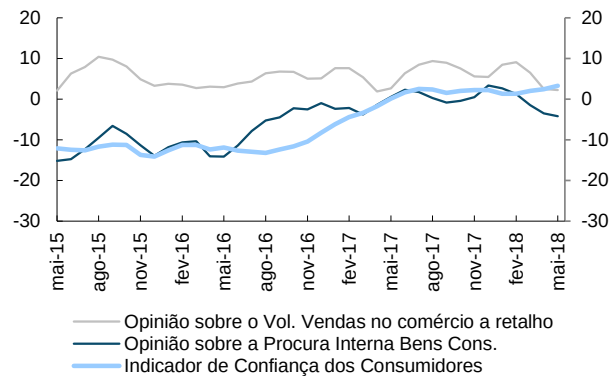


Fonte: INE.

Enquanto isso, o indicador de confiança dos consumidores mantém a sua tendência de subida desde o início do ano, tendo melhorado substancialmente no mês de maio. Em contrapartida, a opinião dos consumidores relativa à oportunidade de aquisição de bens duradouros deteriorou-se.

Também os indicadores de opinião qualitativos de opinião dos empresários registaram uma evolução mista; enquanto a opinião dos empresários relativa ao volume de vendas melhorou, o indicador de opinião relativo à procura interna de bens de consumo piorou ligeiramente.

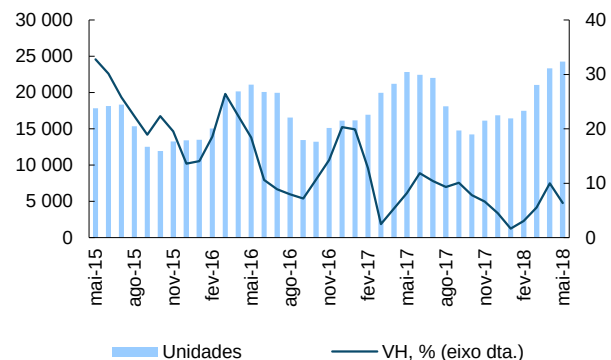
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No mês de maio, as vendas de veículos ligeiros de passageiros ascenderam às 23 576 unidades, um incremento de 2 146 unidades face ao mês de abril. Ainda assim, as vendas em maio foram inferiores às registadas no mesmo mês do ano passado (descida homóloga de 0,3%)

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

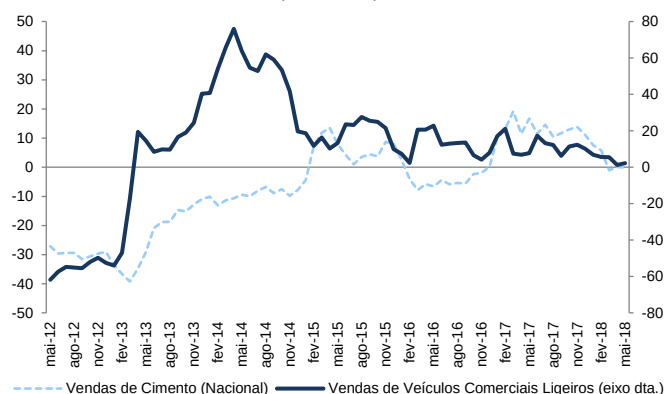
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017				2018	2018				
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr	mai
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,7	2,4	2,0	2,6	2,0	2,1	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	0,5	-3,4	1,7	1,5	2,3	2,0	1,7	1,6	2,8	3,0	4,1
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	6,5	5,4	6,4	8,9	5,4	6,5	14,6	5,5	-0,5	2,7	4,5
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	4,1	3,1	4,9	4,1	4,4	5,1	5,8	4,4	5,2	0,7	:
Bens Alimentares	VH	"	2,3	1,3	3,0	1,3	3,8	4,4	3,3	3,6	6,4	0,0	:
Bens não alimentares	VH	"	5,6	4,6	6,5	6,4	4,9	5,7	7,8	5,1	4,3	1,2	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	7,1	2,5	11,8	10,1	4,5	5,6	-2,8	10,1	7,1	13,8	-0,3
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	6,6	8,3	8,1	4,3	6,1	2,5	9,9	5,4	-6,0	10,9	:

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no trimestre terminado em maio, mostram que, em termos médios homólogos:

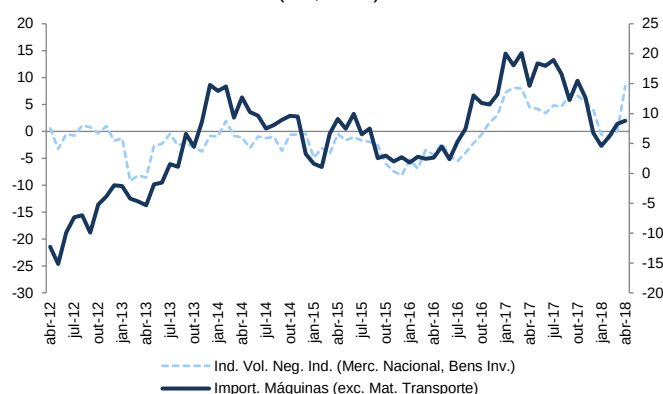
- as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 2,3% (+1,0 p.p. face ao trimestre terminado em abril) acompanhadas pela variação de -11,0% na venda de veículos comerciais pesados, inferior em 0,9 p.p. quando comparado com o mês precedente;
- as vendas de cimento registaram uma variação de -0,1% (0,1% em abril);

Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 8,0% no trimestre terminado em abril, o que representa uma diminuição de 1,1 p.p. face ao registado no 1.º trimestre de 2018.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

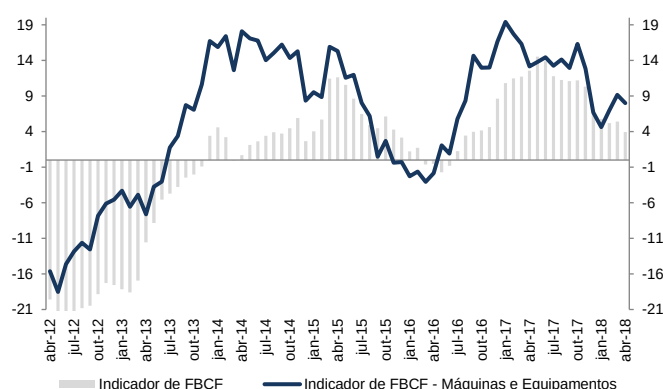


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em abril, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma variação de 8,4% (0,0% no 1.º trimestre de 2018);
- as importações de máquinas e outros bens de capital exceto material de transporte cresceram 8,8% (+0,5 p.p. face ao primeiro trimestre de 2018).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

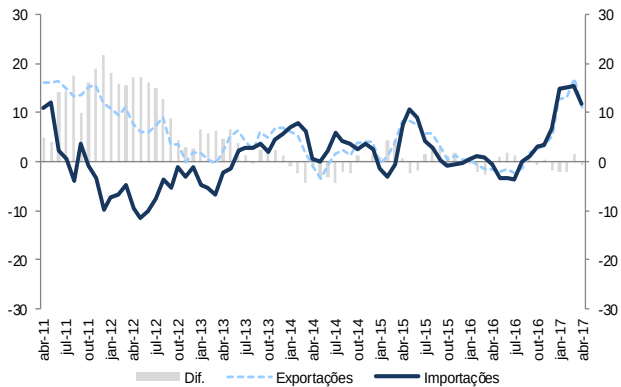
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017				2018	2018				
				1T	2T	3T	4T		1T	jan	fev	mar	abr
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	8,5	7,4	10,1	10,3	6,4	6,7	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	9,2	9,7	11,4	10,0	5,9	5,1	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	16	11,7	13,9	11,1	6,5	5,4	5,8	5,2	5,4	3,9	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11	19,2	11,5	11,7	11,0	-11	7,5	9,0	-16,0	11,6	6,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	2,9	7,5	17,3	6,3	10,2	5,5	9,3	12,4	-2,2	-3,8	13,5
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	4,9	-2,3	5,3	39,6	6,2	-2,4	28,7	-9,1	-26,6	11,0	-12,0
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-8,5	7,0	11,4	9,7	2,8	4,9	11,8	0,3	2,6	-5,2	9,6
Licenças de Construção de fogos	VH	"	14,6	52,8	12,2	22,7	17,5	29,8	0,4	54,9	39,9	67,6	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	0,6	20,1	18,0	12,3	6,8	8,3	15,9	11,4	-0,5	17,6	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-11	8,0	3,4	6,8	4,0	0,0	-9,2	2,9	6,8	16,4	:

*no Comércio por Grosso; **excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em abril, apontam para um aumento das exportações de 5,2% e um aumento das importações em 7,1% (2,9% e 6,6% no 1.º trimestre de 2018).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



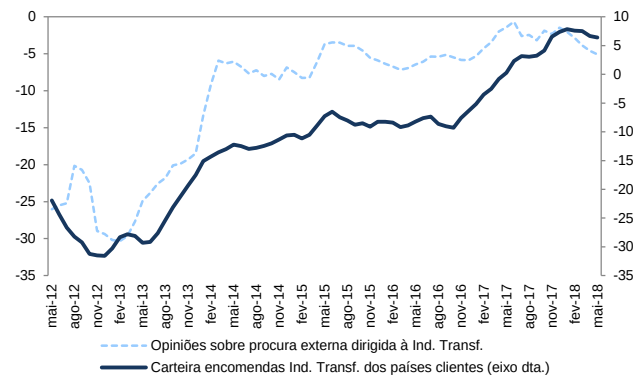
Fonte: INE.

Também para o trimestre terminado em abril, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações decresceu 6,6% (+1,0 p.p. face ao 1.º trimestre de 2018). Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 9,4%, que compara com o crescimento de 6,4% registado no trimestre terminado em março de 2018;
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário aumentou 8,2%, enquanto o mercado extracomunitário registou um crescimento de 3,5% (7,2% e 4,7% no 1.º trimestre de 2018, respetivamente);
- a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 80,6% (82,0% em igual período de 2017).

No trimestre terminado em maio de 2018, as opiniões sobre a procura externa na indústria e a carteira de encomendas da indústria transformadora dos países clientes registaram uma deterioração em relação ao 1.º trimestre. Não obstante, no que concerne a última, estas são positivas há exatamente um ano.

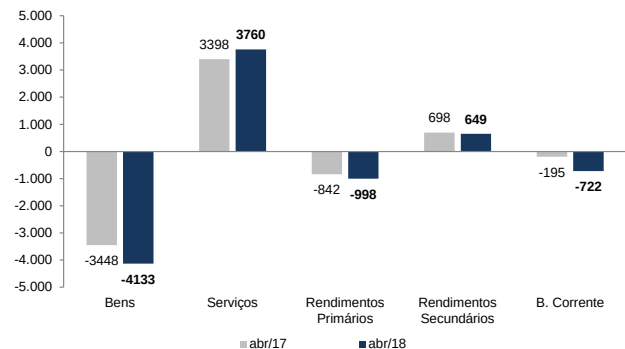
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até abril de 2018, o saldo acumulado da balança corrente foi de -722 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 527 milhões de euros, em termos homólogos. Este resultado traduz, essencialmente, uma deterioração de todas as balanças que apenas é contrariada pela melhoria da balança de serviços que compensou pouco mais de metade do agravamento da balança de bens.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma necessidade de financiamento de 290 milhões de euros. Desta feita, a referida balança, registou uma deterioração de 557 milhões de euros, em termos homólogos.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2017				2018	2017	2018			
				1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar	abr
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	4,4	10,1	8,1	6,2	7,3	4,7	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4,2	9,0	7,3	8,4	7,1	5,4	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	1,1	0,9	0,8	0,9	1,0	0,9	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	1,0	1,0	0,9	1,0	1,2	1,2	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	0,8	17,3	7,7	7,6	8,5	2,9	0,4	9,9	5,8	-5,4	18,1
Entradas de Bens	VH nom	"	15	15,9	13,0	11,5	10,3	6,6	-0,2	11,8	8,3	0,7	13,1

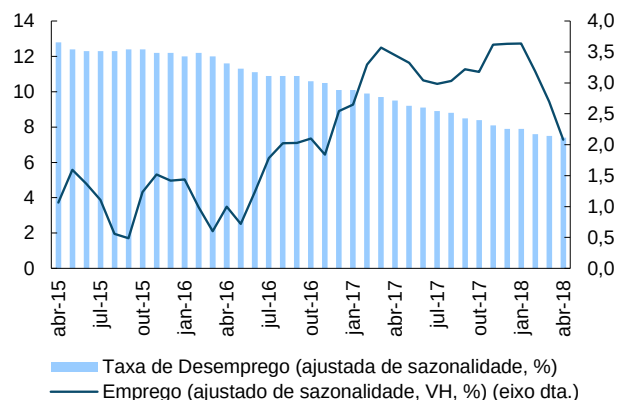
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2017				2018	2017	2018	Dif.
				1T	2T	3T	4T	1T	jan-abr	jan-abr	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	2 978	-67	-769	2412	1123	-78	267	-290	-557
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 645	-2447	-3063	-3151	-3446	-3075	-3448	-4133	-684
Saldo Balança de Serviços	"	"	13 461	2222	3873	5581	3943	2563	3398	3760	362
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 356	-816	-2344	-1136	-562	-379	-842	-998	-156
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1641	571	431	625	600	483	698	649	-49

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de estatística apontam para que a taxa de desemprego no trimestre centrado em abril se fixe nos 7,4%, menos 0,1 p.p. do que no mês anterior. Tal evolução resulta de um aumento homólogo do emprego de 2,1% (+2,7% em março), enquanto o desemprego caiu 22,1% (-23,0% em março).

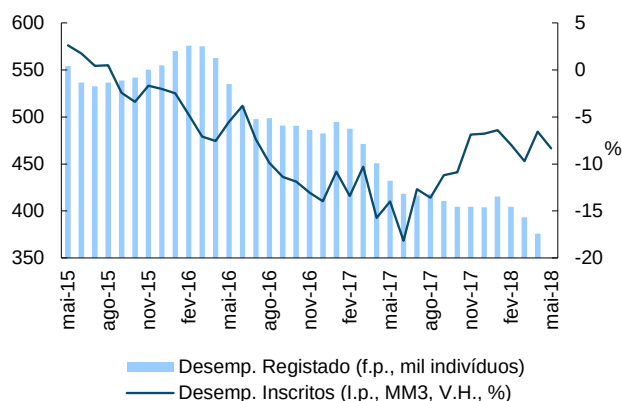
Figura 2.13. Emprego e Taxa de Desemprego Mensal



Fonte: INE.

Já os dados do IEFP indicam que, no final de maio, encontravam-se inscritos nos centros de emprego cerca de 350 mil pessoas, o que afigura uma quebra de 19,0% face ao período homólogo. Já o desemprego inscrito ao longo do mês ascendeu aos cerca de 38,5 mil pedidos, uma redução homóloga de 11,6%.

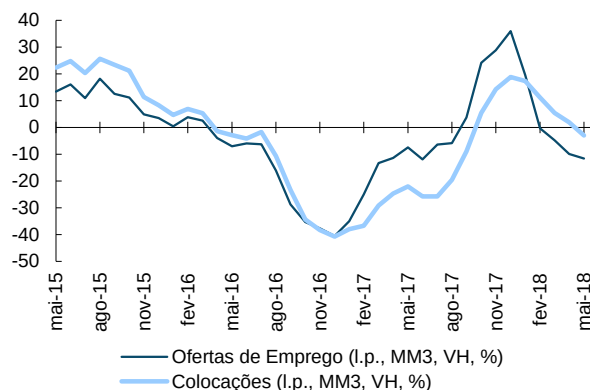
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Também em maio, o número de ofertas de emprego fixou-se nas cerca de 12,9 mil, menos 24,7% do que um ano antes, enquanto as colocações contraíram 7,5%, para cerca de 8 mil.

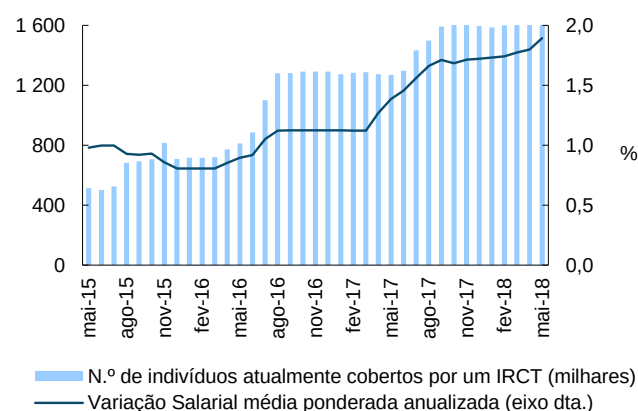
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No final de maio, é estimado que cerca de 1,683 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de cerca de 32,5% face ao período homólogo. Já o aumento das remunerações médias implícitas ficou próximo dos 1,9%, acelerando 0,1 p.p. face a abril.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

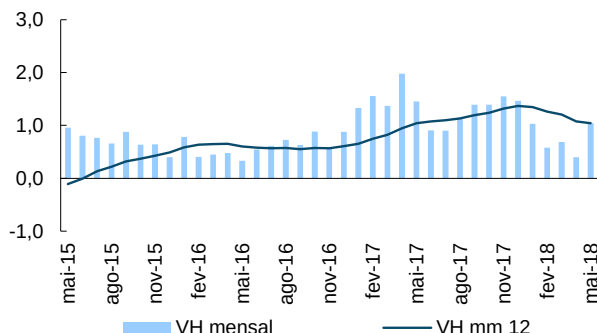
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017				2018	2018				
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr	mai
Taxa de Desemprego*	%	INE	8,9	10,1	8,8	8,5	8,1	7,9	7,9	7,6	7,5	7,4	:
Emprego Total*	VH	"	3,3	3,2	3,4	3,0	3,5	3,2	3,6	3,2	2,7	2,1	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-16,3	-18,0	-18,3	-16,3	-16,3	-16,6	-16,0	-17,0	-16,6	-16,6	-19,0
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-11,5	-10,3	-18,1	-11,2	-6,8	-9,7	-6,8	-6,2	-16,1	5,9	-11,6
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-1,5	-13,3	-12,0	3,7	36,0	-4,8	18,5	-22,7	-5,4	0,1	-24,7
Contratação Coletiva	VH	MSESS	1,7	1,1	1,5	1,7	1,7	1,8	1,7	1,7	1,8	1,8	1,9
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	2,1	3,1	2,9	-1,1	3,8	-1,5	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,7	1,3	1,9	1,8	1,6	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p.- no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em maio, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) cresceu, em termos homólogos, 1,0%, acelerando 0,6 p.p. face a abril. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC cresceu 1%, menos 0.1 p.p. do que em abril.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

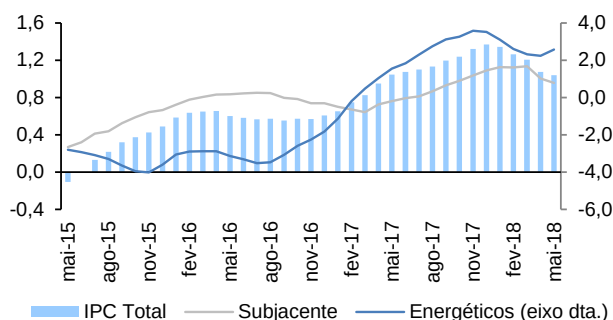


Fonte: INE.

O IPC dos bens aumentou 0,6%, mais 0,3 p.p. do que no mês precedente, enquanto o IPC dos serviços aumentou 1,7%, 1,2 p.p. acima do valor de abril.

Já o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não transformados (IPC subjacente), acelerou 0,4 p.p. para 0,6%, pelo que o diferencial face ao IPC total subiu para os 0,4 p.p.. Esta evolução resulta principalmente de uma aceleração dos bens energéticos dado que os bens alimentares não transformados estabilizaram face a abril.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



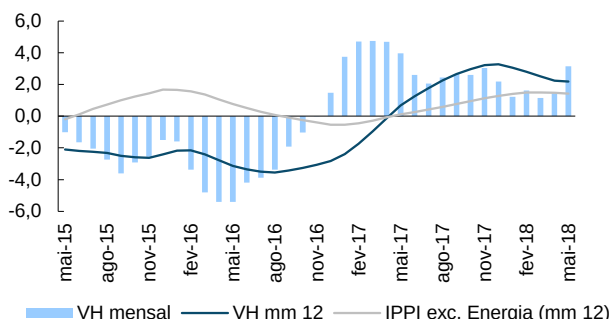
Fonte: INE.

As classes mais dinâmicas do IPC foram a dos Transportes e a classe de Restauração e Hotelaria, com um crescimento de 3,8% e 2,9%, respetivamente. Já o Vestuário (-3,3%) e o Acessórios para o Lar (-0,8%) foram as categorias que registaram uma maior quebra. Importa igualmente assinalar a forte aceleração da componente de Transportes (3,0 p.p.).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga de 1,4% (0,4 p.p. acima do IPC nacional e 1,1 p.p. acima do valor de abril), enquanto a zona euro apresentou uma variação de 1,9%, levando a que o diferencial entre as duas se fixasse nos 0,5 p.p..

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) cresceu, em termos homólogos, 3,1% em maio, acelerando 1,7 p.p. face a abril.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Ao nível das secções industriais para as quais existem dados, o IPPI da Indústria Transformadora registou um aumento de 3,0% (+1,2 p.p. que em abril) e o da Indústria de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio cresceu 4,1% (-2,1% em abril).

Relativamente aos grandes agrupamentos industriais, os Bens de Consumo apresentaram a evolução menos positiva, com uma variação marginal de -0,2%, enquanto o agrupamento de Energia apresentou o maior aumento (9,8%). Com efeito, excluindo o efeito da Energia, o IPPI teria crescido 1,5% em maio, o mesmo valor de abril.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017				2018				
				set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,9	0,3	-0,3	0,0	-1,0	-0,7	1,9	0,7	0,4
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5	1,0	0,6	0,7	0,4	1,0
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	1,2	1,2	1,3	1,4	1,3	1,3	1,2	1,1	1,0
IPC - Bens	VH	"	0,9	0,6	0,6	1,3	1,0	0,3	0,0	-0,2	0,3	0,6
IPC - Serviços	"	"	2,1	2,5	2,5	1,9	2,1	2,1	1,4	2,1	0,6	1,7
IPC Subjacente*	"	"	1,1	1,3	1,3	1,1	1,2	0,9	0,6	0,8	0,2	0,6
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	3,3	2,7	2,6	3,0	2,2	1,2	1,6	1,2	1,4	3,1
IHPC	"	"	1,6	1,6	1,9	1,8	1,6	1,1	0,7	0,8	0,3	1,4
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,1	0,1	0,5	0,3	0,2	-0,2	-0,4	-0,5	-1,0	-0,5

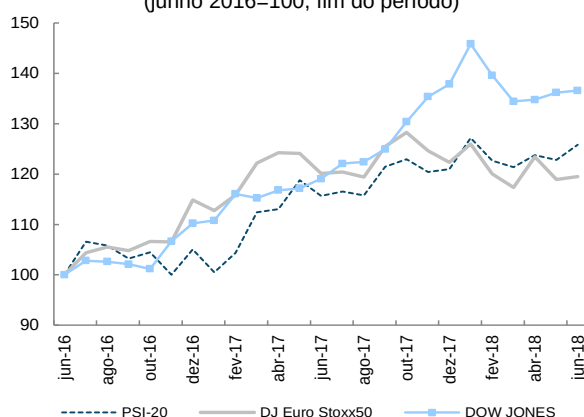
* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Globalmente, no 2.º trimestre de 2018, registou-se uma recuperação dos índices bolsistas internacionais. Porém, persistem alguns sinais de aumento da volatilidade nos mercados financeiros associado aos efeitos da imposição de taxas aduaneiras por parte dos EUA às importações de determinados produtos provenientes da China, da Europa e de outros países.

Assim, em junho de 2018 e, no dia 27, face ao final de março de 2018, os índices Euro Stoxx50 e Dow Jones apreciaram-se 1,8% e 1,6%, respetivamente. Contudo, ambos os índices apresentaram perdas no 1.º semestre.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(junho 2016=100, fim do período)

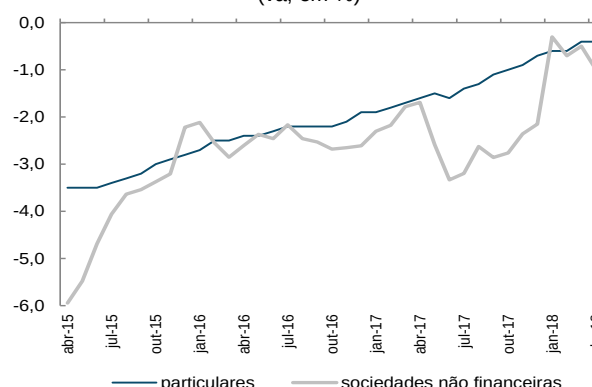


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para junho, o valor é do dia 27.

Pelo contrário, no mesmo período, o índice PSI-20 apresentou uma evolução positiva, tendo registado uma valorização de 3,7% face ao final do 1.º trimestre e de 4,0% em relação ao final do ano de 2017.

Em abril de 2018, a taxa de variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -0,6% em termos anuais (-0,4%, no mês precedente). A ligeira deterioração deveu-se ao agravamento do crédito atribuído às empresas não financeiras, cuja variação se tornou mais negativa.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

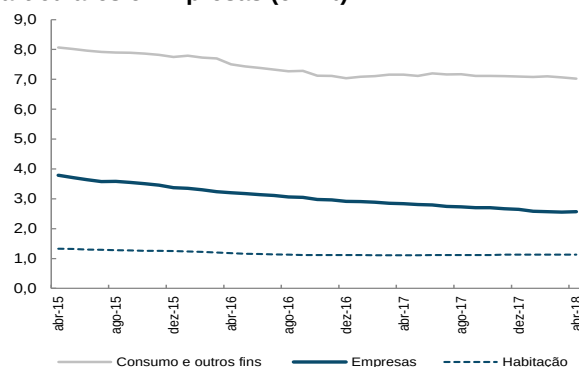


Fonte: Banco de Portugal.

Quanto ao crédito destinado aos particulares, este estabilizou em torno de -0,4% em abril de 2018; mas, enquanto o crédito à habitação melhorou para uma variação de -1,4% (-1,5% em março); o destinado ao consumo tornou-se menos robusto e o relativo a outros fins deteriorou-se ligeiramente.

Em abril de 2018, as taxas de juro das operações do crédito subiram ligeiramente para as empresas, para 2,57% (interrompendo a diminuição consecutiva desde setembro de 2015). Para os particulares, as taxas de juro mantiveram-se estáveis, refletindo a estabilização dos juros do crédito à habitação; já que no segmento do consumo e outros fins, estes recuaram.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017				2018				
				set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	19	2,4	2,1	1,9	1,9	1,9	2,0	1,6	1,7	1,9
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	149	192	170	154	149	130	132	110	110	156
PSI 20*	VC	CMVM	15,2	4,9	12	-2,1	0,5	5,1	-3,6	-10	2,0	-0,8
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-17	-2,1	-19	-18	-17	-17	-16	-15	-14	:
- para consumo	va**	"	8,9	9,7	8,5	8,2	8,9	9,7	9,4	9,4	9,1	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,1	-2,9	-2,8	-2,4	-2,1	-0,3	-0,7	-0,5	-10	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,13	1,12	1,12	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,65	2,70	2,70	2,67	2,65	2,58	2,57	2,55	2,57	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao ativo e de reavaliações cambiais e de preço.

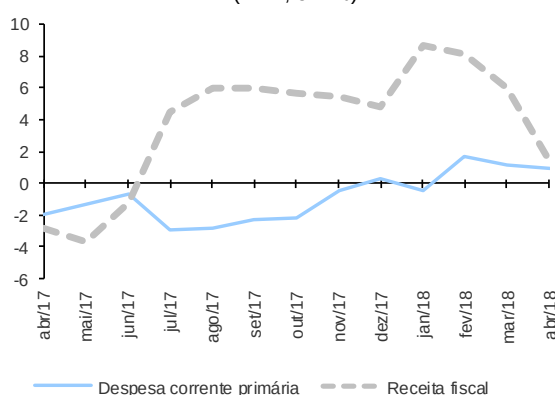
Finanças Públicas

O saldo da execução orçamental das Administrações Públicas¹ registou em maio um agravamento de cerca de 1.592 milhões de euros face ao período homólogo², tendo-se fixado em -2.225 milhões de euros. No mesmo período, o saldo primário atingiu os 1.506 milhões de euros, representando um agravamento de 1.260 milhões de euros relativamente ao período homólogo. O agravamento do saldo ficou a dever-se a uma redução da receita efetiva de 2,3%, ao mesmo tempo que a despesa efetiva crescia 2,9%. Apenas os subsectores da Segurança Social e da Administração Local contribuíram com saldos positivos para o saldo global do sector das Administrações Públicas.

Estado

A execução orçamental do subsector Estado apresentou em abril uma melhoria de 29 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior, registando um saldo global negativo de 3.197 milhões de euros. No mesmo período, o saldo primário foi de -225 milhões de euros, o que representa igualmente uma melhoria de 341 milhões de euros relativamente ao período homólogo.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



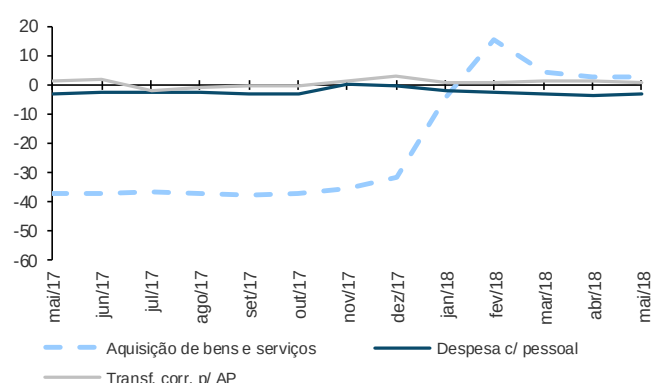
Fonte: DGO.

A receita efetiva do Estado cresceu 3,9%, tendo a receita corrente contribuído com um aumento de 4,1%. Dentro desta, a receita com origem nos impostos indiretos cresceu 6,7%, enquanto os impostos diretos registaram uma redução de 7,5%.

O crescimento de 1,5% da despesa efetiva é essencialmente explicado pelo crescimento de 1,4% da despesa corrente. As *Despesas com o Pessoal* continuaram a registar uma redução (-3,4%), refletindo a eliminação do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal, e a despesa com os *Juros da Dívida Pública* registou um aumento de 6,7%.

Refletindo esta evolução, o grau de execução da receita efetiva situa-se 3,4 p.p. abaixo do registado no período homólogo, enquanto o grau de execução da despesa efetiva está 0,5 p.p. acima do verificado no período homólogo.

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2017	2018	2017	2018	2018			
	jan a mai		jan a mai		fev	mar	abr	mai
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	16 984	15 726	36,9	33,5	6,2	4,2	3,9	-7,4
Receita corrente	16 934	15 707	37,0	33,6	6,6	4,5	4,1	-7,2
Impostos diretos	5 734	3 922	31,2	21,5	6,9	2,6	-7,5	-31,6
Impostos indiretos	9 586	10 071	41,2	40,5	8,8	8,0	6,7	5,1
Despesa Efetiva	19 687	19 974	37,6	38,1	0,4	0,1	2,9	1,5
Despesa corrente primária	16 156	16 233	36,9	33,6	6,9	8,0	2,9	0,5
Despesa corrente	19 126	19 402	38,1	38,6	0,6	0,5	2,8	1,4
Despesa com pessoal	3 512	3 392	39,5	37,0	-2,9	-3,1	-3,6	-3,4
Aquisição bens e serviços	302	310	14,4	20,0	15,3	4,4	2,4	2,6
Subsídios	10	22	9,3	17,6	97,7	140,0	91,7	123,1
Juros	2 970	3 170	39,4	43,6	-4,4	-3,2	11,7	6,7
Transferências corr. p/ AP	11 102	11 165	39,8	39,9	0,6	1,0	1,2	0,6
Saldo Global	-2 703	-4 248	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	266	-1 078	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se sempre ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

O saldo global negativo dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) situou-se, em maio, em cerca de 16 milhões de euros, representando um agravamento de 276 milhões de euros face ao período homólogo.

A receita efetiva registou uma redução de 2,3% em termos homólogos, com as Transferências Correntes das AP a crescerem 4,4%. A despesa efetiva, por sua vez, aumentou 4,9%, apoiada, sobretudo, no aumento de 15,4% da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços e no aumento de 1,4% da despesa com Transferências Correntes. As Despesas com o Pessoal registaram, como já vem sendo habitual, uma redução de 0,8% em termos homólogos.

As EPR contribuíram para a evolução do saldo global dos SFA com um saldo global negativo de 909 milhões de euros. Este saldo corresponde a um agravamento de 464 milhões de euros em termos homólogos.

O agravamento do saldo resulta de um crescimento da despesa efetiva de 13,1%, bastante superior ao crescimento de apenas 1,5% da receita efetiva. Na despesa destaca-se o crescimento de 0,2% das Despesas com o Pessoal e o aumento de 37% das despesas com a Aquisição de Bens e Serviços.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

O saldo global da execução do orçamento do SNS (ótica dos compromissos) registou em maio uma melhoria de 28 milhões de euros relativamente ao período homólogo, fixando-se o saldo em -123 milhões de euros.

A receita efetiva registou um crescimento de 4,3%, tendo a receita fiscal evidenciado um aumento de 11,9% e as receitas de capital um aumento de 5,6% em termos homólogos. Simultaneamente, a despesa efetiva cresceu 3,4% apoiada no crescimento de 2,5% das Despesas com o Pessoal e de um aumento de 4,0% da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços, enquanto as despesas de capital registaram um aumento de 57,7%, tendo em conta, no entanto, o seu reduzido peso relativo.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

A execução do orçamento da CGA registou um saldo global positivo de 56 milhões de euros em maio, praticamente idêntico ao registado no mês anterior. Este saldo global representa uma melhoria de cerca de 34 milhões de euros em termos homólogos.

A receita efetiva contribuiu para este saldo global com um crescimento homólogo de -0,9%, no qual se destaca a redução de 2,5% da receita com origem em Quotas e Contribuições e o aumento de 0,7% das Transferências do OE. A despesa efetiva, por sua vez, reduziu-se 1,9% apoiada essencialmente na redução de 2,1% da despesa com Pensões.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2017	2018			2017	2018		
	jan a mai				jan a mai			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	11463	11732	36,1	2,3	3 446	3 498	35,3	15
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1492	1455	37,4	-2,5	-	-	-	
Transferências correntes das Adm. Públicas	6 750	7 045	39,3	4,4	296	338	34,8	14,1
Despesa Efetiva	11203	11749	36,3	4,9	3 899	4 408	39,4	13,1
Despesa com pessoal	2 578	2 558	35,8	-0,8	1456	1458	37,1	0,2
Aquisição de bens e serviços	2 837	3 274	41,6	15,4	1 158	1 586	47,1	37,0
Transferências correntes	4 136	4 195	36,1	1,4	35	31	39,6	-12,0
Saldo Global	260	- 16	-	-	- 453	- 909	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2017	2018				2017	2018		
	jan a mai					jan a mai			
	10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)			10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	3 704	3 864	4,3	41,0	Receita Efetiva	3 654	3 621	-0,9	35,8
Receita fiscal	56	63	-	57,2	Contribuições p/ a CGA	1 489	1 452	-2,5	37,4
Outra receita corrente	3 641	3 794	4,2	41,3	Quotas e contribuições	1 448	1 412	-2,5	37,4
Receita de capital	7	8	5,6	6,7	Transferências correntes do OE	1 871	1 884	0,7	36,1
Despesa Efetiva	3 855	3 987	3,4	41,2	Complicação do OE	1 775	1 780	0,3	36,2
Despesa com pessoal	1 623	1 663	2,5	41,9	Compensação por pagamento de pensões	96	104	7,6	38,0
Aquisição de bens e serviços	2 162	2 248	4,0	41,3	Despesa Efetiva	3 633	3 565	-1,9	35,8
Despesa de capital	18	29	57,7	17,9	Pensões	3 561	3 485	-2,1	35,8
Saldo Global	- 151	- 123	-	-	Saldo Global	21	56	:	:

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

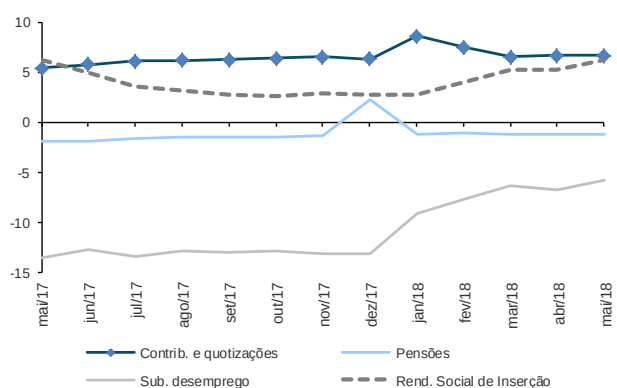
Segurança Social

Como vem sendo habitual, a execução orçamental do subsector da Segurança Social continua a apresentar saldos de execução positivos apoiados, na sua generalidade, na redução das despesas com as principais prestações sociais e no aumento das receitas proporcionadas pelo crescimento do emprego.

Em maio, o saldo global de execução foi de 1.488 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 202 milhões de euros em termos homólogos.

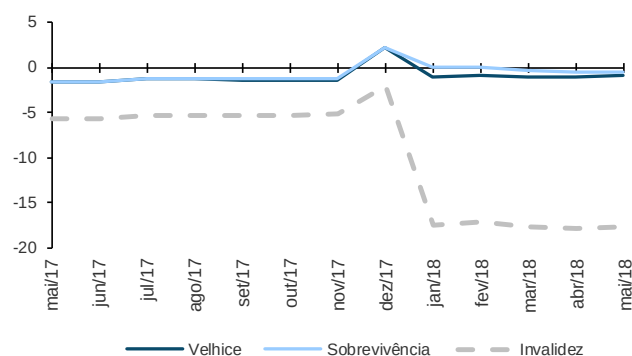
Neste período, a receita efetiva registou um aumento de 3,3%, com a receita com origem em Contribuições e Quotizações a crescer cerca de 6,7%, enquanto a despesa efetiva, que cresceu 1,6%, continuou a registar uma redução da despesa na generalidade das prestações: Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego (-5,8%), Prestações e Ação Social (-10,2%) e Pensões (-1,1%).

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



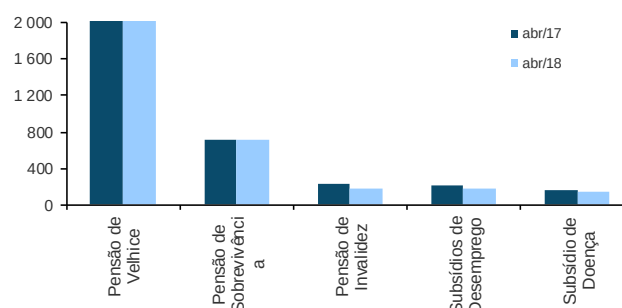
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2017	2018		
	jan a mai			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	10 601	10 950	3,3	39,0
Contribuições e quotizações	6 172	6 585	6,7	39,9
Transferências correntes da Administração Central *	3 691	3 490	-5,5	40,9
Despesa Efetiva	9 315	9 462	1,6	34,8
Pensões	5 895	5 829	-1,1	34,9
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	202	200	-0,8	42,6
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	582	549	-5,8	40,6
Prestações e ação social	1 563	1 586	1,5	39,3
Saldo Global	1 286	1 488	-	-

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

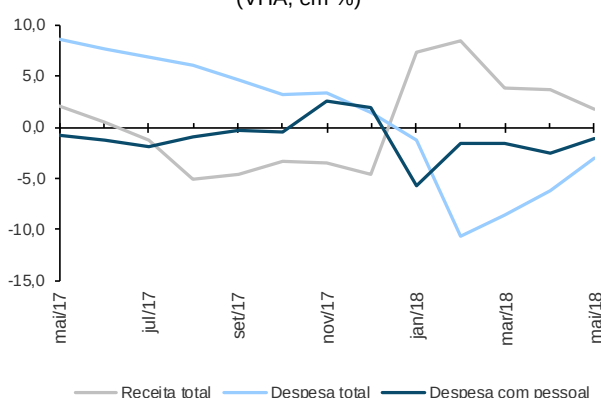
Fonte: DGO.

Administração Regional

A execução orçamental do subsector da Administração Regional registou em maio um saldo global negativo de 31 milhões de euros, representando uma melhoria do saldo, em termos homólogos, de cerca de 47 milhões de euros.

Neste período a receita efetiva registou um crescimento de 1,8%, por contraposição a uma redução de 3% verificada na despesa efetiva. Enquanto na receita efetiva se destaca a redução de 2,7% da receita com origem nas Receitas Fiscais, na despesa observou-se uma redução das Despesas com o Pessoal (-1%), da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços (-4,4%) e das despesas de Investimento (-32,7%).

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional
(VHA, em %)



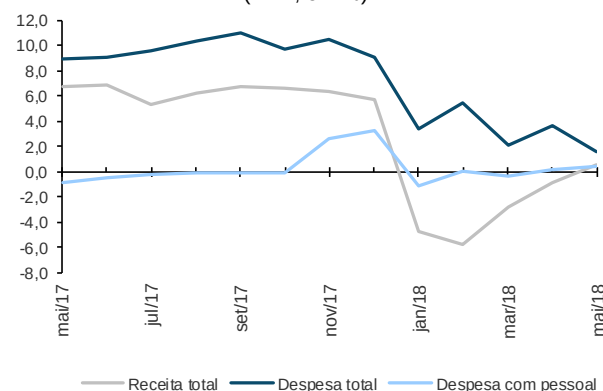
Fonte: DGO.

Administração Local

No subsector da Administração Local a respetiva execução orçamental deu origem, em maio, a um saldo global de 583 milhões de euros. Este resultado significa, todavia, um agravamento do saldo em termos homólogos de cerca de 21 milhões de euros.

Este agravamento do saldo ficou a dever-se a um aumento da despesa efetiva de 1,5%, ao mesmo tempo que a receita efetiva crescia apenas 0,6%. O ritmo de crescimento da despesa efetiva apoia-se num aumento da despesa com Transferências Correntes (4,8%) e das despesas de Investimento (2,6%), apesar da redução das despesas com a Aquisição de Bens e Serviços (-0,6%) e de as Despesas com o Pessoal registarem um crescimento de apenas 0,4%.

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2017	2018		2017	2018	
	jan a mai			jan a mai		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	949	966	1,8	3 126	3 145	0,6
Impostos	533	519	-2,7	1 262	1 294	2,6
Transferências correntes	217	231	-	1 067	1 075	0,8
Despesa Efetiva	1 027	997	-3,0	2 523	2 562	1,5
Pessoal	382	378	-1,0	872	875	0,4
Aquisição de bens e serviços	270	258	-4,4	808	804	-0,6
Transferências correntes	78	86	9,7	243	255	4,8
Investimento	56	38	-32,7	402	413	2,6
Saldo global	- 78	- 31	-	603	583	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) aumentou em abril, face ao mês anterior, cerca de 4.233 milhões de euros (1,7%), colocando o *stock* de dívida bruta em 250.085 milhões de euros.

O principal responsável por este aumento foi o subsector da Administração Central (+4.874 milhões de euros). O subsector da Administração Regional e Local, por sua vez, registou uma redução da sua dívida em 92 milhões de euros.

Os depósitos detidos pela Administração Central aumentaram 2.780 milhões de euros relativamente ao mês anterior (15,4%), fazendo com que o *stock* da dívida líquida aumentasse 1.453 milhões de euros e se situasse em 229.247 milhões de euros.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2016 dez	2018 mar	2018 abr
Administrações Públicas	240 883	245 852	250 085
Por subsector:			
Administração Central	243 634	251 986	256 860
Administração Regional e Local	10 562	10 317	10 225
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	13 314	16 452	17 000
por memória:			
Depósitos da Administração Central	17 103	18 058	20 838

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 abr	2018 mai
Administrações Públicas	1 660	2 106	2 148
Por subsector:			
Administração Central	373	606	674
Administração Regional	294	278	280
Administração Local	993	1 222	1 193
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira do sector das Administrações Públicas aumentou em maio cerca de 42 milhões de euros relativamente ao mês anterior. Quando comparada com o final de 2017, a dívida não financeira é superior em 488 milhões de euros. O montante em dívida no final de maio é de 2.148 milhões de euros.

Apenas o subsector da Administração Local reduziu a sua dívida face ao mês anterior (-29 milhões de euros), mas o respetivo *stock* é superior em 200 milhões de euros relativamente ao final de 2017. A estrutura da dívida não sofreu alterações assinaláveis mantendo-se o subsector da Administração Local como o responsável por mais de metade do total da dívida não financeira (cerca de 55%).

No final de maio, o montante total dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas era de 976 milhões de euros. Embora este valor tenha aumentado relativamente ao mês anterior, ele representa, no entanto, uma redução de 102 milhões de euros (-9,5%) relativamente ao final de 2017.

Os Hospitais EPE são os principais responsáveis por esta redução (-15,8%), situando-se agora o valor dos seus pagamentos em atraso em 705 milhões de euros (837 milhões de euros em dezembro de 2017). Apesar deste desempenho, o peso relativo dos pagamentos em atraso dos hospitais EPE, que era de cerca de 78% no final de 2017, reduziram-se para cerca de 72% em maio.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 abr	2018 mai
Administrações Públicas	1 079	923	976
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	16	23	24
SNS	7	9	9
Hospitais EPE	837	655	705
Empresas Públicas Reclassificadas	12	12	12
Administração Regional	98	104	106
Administração Local	109	121	121
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	1	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	1	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	1 080	923	977

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

A dívida direta do Estado, denominada em euros, fixou-se no final de maio, em 242.408 milhões de euros, representando um aumento de 772 milhões de euros relativamente ao mês anterior (0,3%).

Esta evolução ficou a dever-se, essencialmente, ao facto de a emissão de nova dívida pública, durante o mês de maio, ter superado em 886 milhões de euros o valor das amortizações no mesmo período.

A dívida não transacionável aumentou 768 milhões de euros, enquanto, no mesmo período, a dívida transacionável registou uma redução de 75 milhões de euros.

No mês de maio a dívida pública do Estado titulada por Bilhetes do Tesouro reduziu-se em 1.282 milhões de euros, tendo sido compensada com o aumento em 1.207 milhões de euros de dívida titulada por Obrigações do Tesouro.

Mantém-se sem alterações assinaláveis a estrutura da dívida, com o maior destaque para a dívida transacionável (cerca de 62%).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

(milhões de euros)						
	31/04/2018	maio 2018			31-05-2018	
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transacionável	150 336	3 290	3 173	- 193	150 261	
da qual: Bilhetes do Tesouro	14 898	1 891	3 173	0	13 616	
da qual: Obrigações Tesouro	126 160	1 400	0	- 193	127 367	
Não Transacionável	35 073	3 236	2 467	0	35 841	
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	27 377	254	99	0	27 532	
da qual: CEDIC e CEDIM	3 934	2 667	2 350	0	4 251	
Prog. de Ajustamento Económico	56 227	0	0	79	56 306	
Total	241 636	6 526	5 640	-114	242 408	

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

Com exceção do prazo a 6 meses, os leilões de colocação de Bilhetes do Tesouro realizados em junho confirmaram a inversão do ciclo descendente das respetivas taxas de juro de curto prazo, registando-se uma subida no prazo a 3 meses. Os leilões de Obrigações do Tesouro de junho revelam também uma inversão de tendência das taxas de juro destes instrumentos.

As características das operações realizadas são as seguintes:

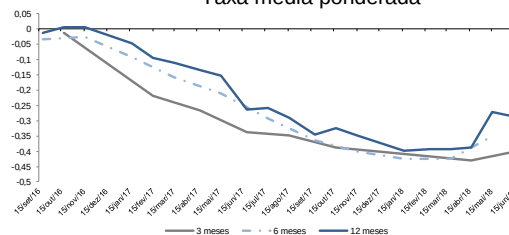
Relativamente aos Bilhetes do Tesouro:

- Colocação no dia 20 de junho de 300 milhões de euros (não houve fase não competitiva), com maturidade em setembro de 2018 e uma taxa média ponderada de colocação de -0,399% (-0,430% na última colocação para o mesmo prazo);
- Colocação, na mesma data, de 950 milhões de euros (não houve fase não competitiva), com maturidade em maio de 2019, e uma taxa média ponderada de colocação de -0,290% (-0,272% na última colocação para o mesmo prazo).

Quanto às Obrigações do Tesouro, foram igualmente realizadas duas operações:

- No dia 13 foram colocados 412 milhões de euros (não houve fase não competitiva), com maturidade em outubro de 2023 e uma taxa de colocação de 0,746% (0,529% na última colocação para o mesmo prazo);
- Na mesma data foram colocados 588 milhões de euros (não houve fase não competitiva), com maturidade em outubro de 2028 e uma taxa de colocação de 1,919% (1,670% na última colocação para o mesmo prazo).

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



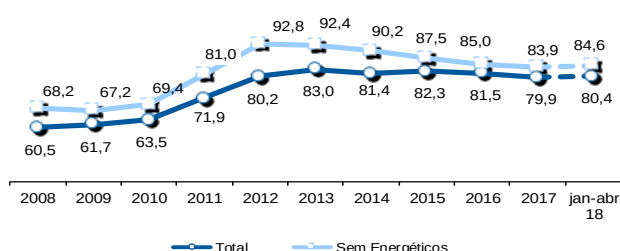
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros quatro meses de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 6,4%, em termos homólogos, com as importações a crescerem 8,2% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 16,5%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 7,1% em termos homólogos, e as importações 8,4% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a abril			VH	
	2017	2018	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	18.064	19.211	6,4	5,2	8,0
Importações (cif)	22.082	23.894	8,2	7,1	10,2
Saldo (fob-cif)	-4.019	-4.683	16,5	15,5	19,8
Cobertura (fob/cif)	81,8	80,4	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	16.671	17.860	7,1	5,7	8,1
Importações (cif)	19.479	21.116	8,4	7,3	9,7
Saldo (fob-cif)	-2.808	-3.257	16,0	16,4	19,0
Cobertura (fob/cif)	85,6	84,6	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
	2017	2018	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	4.619	4.454	-3,6	-6,6	4,9
Importações (cif)	5.347	5.606	4,9	3,5	12,1
Saldo (fob-cif)	-728	-1.153	58,4	94,9	81,7
Cobertura (fob/cif)	86,4	79,4	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros quatro meses de 2018, as exportações representaram 80,4% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 1,4 p.p na taxa de cobertura das importações pelas exportações face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 84,6% das importações (-1 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de abril

	Valores em milhões de Euros		
janeiro a abril	2017	2018	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	18 064	19 211	6,4
Importações (cif)	22 082	23 894	8,2
Saldo (fob-cif)	- 4 019	- 4 683	16,5
Cobertura (fob/cif)	81,8	80,4	-
Intra UE			
Exportações (fob)	13 445	14 757	9,8
Importações (cif)	16 736	18 288	9,3
Saldo (fob-cif)	- 3 291	- 3 531	7,3
Cobertura (fob/cif)	80,3	80,7	-
Extra UE			
Exportações (fob)	4 619	4 454	-3,6
Importações (cif)	5 347	5 606	4,9
Saldo (fob-cif)	- 728	- 1 153	58,4
Cobertura (fob/cif)	86,4	79,4	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros quatro meses de 2018, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 7,3% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 9,8% e as importações 9,3%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 58,4% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2017	2018	TVH	2017	2018	TVH
jan	5 348	5 977	11,8	4 344	4 775	9,9
fev	5 177	5 607	8,3	4 356	4 610	5,8
mar	6 142	6 188	0,7	5 241	4 956	-5,4
abr	5 415	6 123	13,1	4 122	4 869	18,1
mai	6 279			4 873		
jun	5 792			4 751		
jul	5 743			4 662		
ago	5 271			3 944		
set	5 873			4 651		
out	6 351			4 865		
nov	6 094			5 213		
dez	5 479			4 074		
1º Trim	16 667	17 771	6,6	13 941	14 342	2,9
2º Trim	17 486			13 747		
3º Trim	16 887			13 257		
4º Trim	17 923			14 152		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº6/2018").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de abril de 2018 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros quatro meses de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 6,4%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 7,1%.

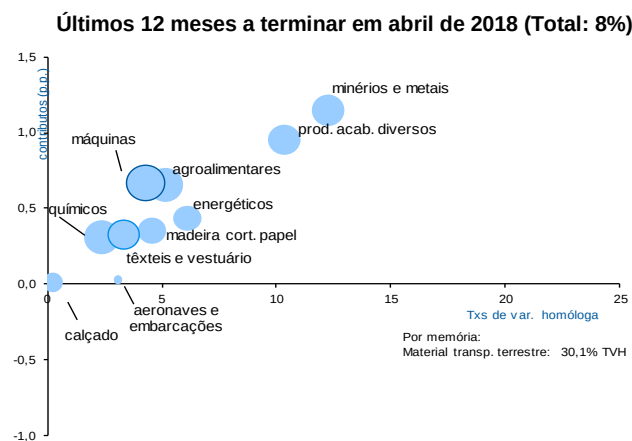
Entre janeiro e abril de 2018, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes” (4,4 p.p.), seguido “Minérios e metais” e dos “Produtos acabados diversos”, ambos com 0,7 p.p. As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,6%). Segue-se o “Material de transp. terrestre e suas partes” (14,1%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em abril de 2018.

Nesse período, a generalidade dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (8,0%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Material de transp. terrestre e suas partes” foram os que mais contribuíram para este comportamento (3,1 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Minérios e metais” e das “Produtos acabados diversos” (1,1 p.p. e 1,0 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos “Máquinas e aparelhos e suas partes” e “Agroalimentares” (ambos com 0,7 p.p.), a par dos “Energéticos” e da “madeira, cortiça e papel” (ambos com 0,4 p.p.) para o crescimento das exportações de mercadorias

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-abr		últimos 12 meses ^[1]		jan-abr	
	jan-abr									
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	18 064	19 211	100,0	100,0	100,0	100,0	8,0	8,0	6,4	6,4
Agro-alimentares	2 152	2 243	11,5	12,5	11,9	11,7	5,2	0,7	4,3	0,5
Energéticos	1392	1351	8,3	7,2	7,7	7,0	6,1	0,4	-3,0	-0,2
Químicos	2 363	2 314	12,5	12,6	13,1	12,0	2,4	0,3	-2,1	-0,3
Madeira, cortiça e papel	1364	1410	8,1	7,5	7,5	7,3	4,6	0,4	3,4	0,3
Têxteis, vestuário e seus acessórios	1772	1818	9,2	9,6	9,8	9,5	3,3	0,3	2,6	0,3
Calçado, peles e couros	742	733	4,0	4,2	4,1	3,8	0,2	0,0	-1,2	-0,1
Minérios e metais	1747	1872	11,7	9,7	9,7	9,7	12,3	1,1	7,1	0,7
Máquinas e aparelhos e suas partes	2 803	2 797	15,3	15,3	15,5	14,6	4,3	0,7	-0,2	0,0
Material de transp. terrestre e suas partes	1924	2 716	11,1	11,1	10,7	14,1	30,1	3,1	41,2	4,4
Aeronaves, embarcações e suas partes	120	145	0,5	0,8	0,7	0,8	3,1	0,0	21,0	0,1
Produtos acabados diversos	1684	1812	7,7	9,4	9,3	9,4	10,3	1,0	7,6	0,7
Por memória:										
Total sem energéticos	16 671	17 860	91,7	92,8	92,3	93,0	8,1	7,5	7,1	6,6

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em abril de 2018.

[2] (mai 17-abr 18)/(mai 16-abr 17) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

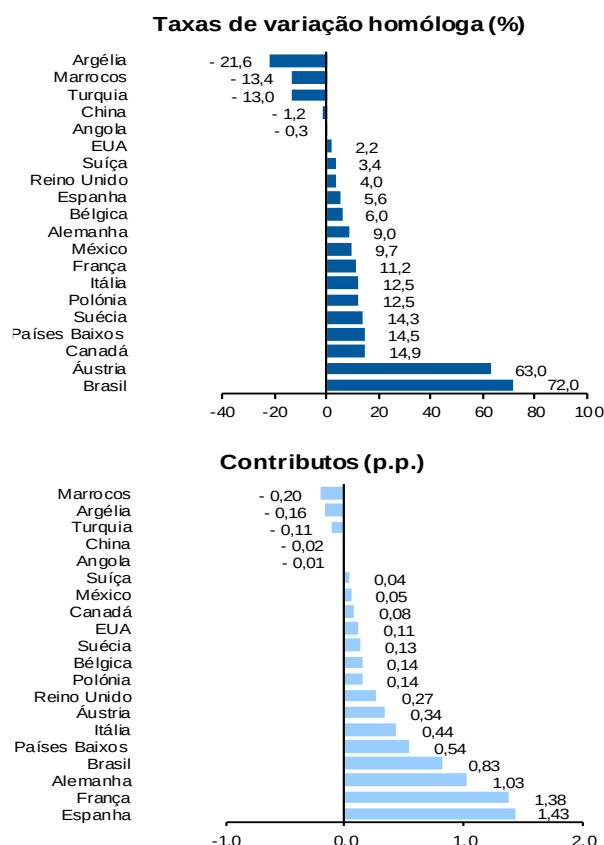
Nos primeiros quatro meses de 2018, as exportações para a UE cresceram 9,8%, em termos homólogos, e as exportações com destino aos países da UE-15 8,6%, com as exportações com destino aos Países do Alargamento a crescerem 31,5% e as exportações para países terceiros a decaírem 3,6% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para a França foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (1,6 p.p.), seguidas das exportações para a Alemanha e Espanha (1,3 p.p. e 1,2 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em abril de 2018, as exportações para os países Intra UE cresceram 9%, em termos homólogos e as exportações para os países da UE-15 8,6%. As exportações para Espanha e a França foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (ambas com 1,4 p.p.). Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento das exportações para a Brasil (72,0%), Canadá (14,9%) e México (9,7%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Argélia (21,6%), Marrocos (-13,4%) e Turquia (13,0%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em abril de 2018



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Valores em milhões de Euros			
	jan-abr		anual		jan-abr		Taxas de variação e contributos			
							12 meses ^[1]		jan-abr	
	2017	2018	2012	2017	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	18 064	19 211	100,0	100,0	100,0	100,0	8,0	8,0	6,4	6,4
Intra UE	13 445	14 757	71,1	74,1	74,4	76,8	9,0	6,7	9,8	7,3
dos quais:										
UE-15	12 757	13 852	67,8	70,1	70,6	72,1	8,6	6,0	8,6	6,1
Espanha	4 632	4 842	22,5	25,2	25,6	25,2	5,6	1,4	4,5	1,2
França	2 284	2 571	11,8	12,5	12,6	13,4	11,2	1,4	12,5	1,6
Alemanha	2 038	2 265	12,4	11,4	11,3	11,8	9,0	1,0	11,1	1,3
Reino Unido	1 396	1 242	5,3	6,6	6,6	6,5	4,0	0,3	3,9	0,3
Itália	662	770	3,7	3,5	3,7	4,0	12,5	0,4	16,3	0,6
Países Baixos	711	740	4,1	4,0	3,9	3,9	14,5	0,5	4,2	0,2
Bélgica	450	485	3,1	2,3	2,5	2,5	6,0	0,1	7,8	0,2
Suécia	162	193	1,0	0,9	0,9	1,0	14,3	0,1	18,9	0,2
Áustria	94	192	0,6	0,7	0,5	1,0	63,0	0,3	103,2	0,5
Alargamento	688	905	3,2	3,9	3,8	4,7	17,0	0,7	31,5	1,2
Polónia	212	254	0,9	1,1	1,2	1,3	12,5	0,1	19,8	0,2
Extra UE	4 619	4 454	28,9	25,9	25,6	23,2	4,9	1,3	-3,6	-0,9
dos quais:										
EUA	973	920	4,1	5,2	5,4	4,8	2,2	0,1	-5,4	-0,3
Angola	578	470	6,6	3,2	3,2	2,4	-0,3	0,0	-18,8	-0,6
Brasil	213	299	1,5	1,7	1,2	1,6	72,0	0,8	40,8	0,5
China	276	205	1,7	1,5	1,5	1,1	-1,2	0,0	-25,7	-0,4
Marrocos	277	225	1,0	1,3	1,5	1,2	-13,4	-0,2	-18,7	-0,3
Suíça	194	188	0,9	1,1	1,1	1,0	3,4	0,0	-2,9	0,0
Turquia	125	118	0,8	0,7	0,7	0,6	-13,0	-0,1	-5,2	0,0
Canadá	94	117	0,4	0,5	0,5	0,6	14,9	0,1	24,6	0,1
Argélia	87	93	0,9	0,5	0,5	0,5	-21,6	-0,2	6,5	0,0
México	89	84	0,4	0,5	0,5	0,4	9,7	0,0	-5,5	0,0
Por memória:										
OPEP [4]	851	697	9,2	4,7	4,7	3,6	-7,9	-0,4	-18,1	-0,9
PALOP	773	655	8,0	4,3	4,3	3,4	-1,2	-0,1	-15,3	-0,7
EFTA	258	251	1,1	1,4	1,4	1,3	1,7	0,0	-2,8	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.

[1] Últimos 12 meses a terminar em abril de 2018.

[2] (mai 17-abr 18)/(mai 16-abr 17) x 100 - 100.

[3] Contributo s para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a abril de 2018, as importações de mercadorias cresceram 8,2%, em termos homólogos (Quadro 3.6).

A generalidade dos grupos de produtos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2,2 p.p.), “Material de transp. terrestre e suas partes” (1,7 p.p.), “Químicos” (1,4 p.p.), “Minérios e metais” (0,9 p.p.) e “Energéticos” (0,8 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (76,5%).

Nos primeiros quatro meses de 2018, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 9,3%, em termos homólogos, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem 9,4%, em termos homólogos e as provenientes dos países do Alargamento 7,7%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 4,9%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (2,9% do total). Seguem-se os EUA (1,6%), a Rússia e o Brasil (ambos com 1,4%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-abr		12 meses ^[1]		jan-abr	
	2017	2018	2012	2017	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	22 082	23 894	100,0	100,0	100,0	100,0	10,2	10,2	8,2	8,2
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	3 297	3 398	15,5	15,3	14,9	14,2	6,2	10	3,0	0,5
Energéticos	2 603	2 778	20,8	11,6	11,8	11,6	13,8	15	6,7	0,8
Químicos	3 647	3 947	16,4	16,1	16,5	16,5	9,1	15	8,2	1,4
Madeira, cortiça e papel	694	770	3,1	3,2	3,1	3,2	9,3	0,3	10,9	0,3
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	1345	1375	5,6	6,1	6,1	5,8	4,5	0,3	2,3	0,1
Calçado, peles e couros	535	545	2,1	2,4	2,4	2,3	3,7	0,1	1,8	0,0
Minérios e metais	1921	2 115	8,2	8,6	8,7	8,9	17,1	14	10,1	0,9
Máquinas e aparelhos e suas partes	3 639	4 112	14,8	17,2	16,4	17,2	12,6	2,2	13,6	2,2
Material de transp. terrestre e suas partes	2 856	3 236	7,8	12,3	12,9	13,5	12,6	15	13,3	1,7
Aeronaves, embarcações e suas partes	270	228	0,6	1,2	1,2	1,0	-4,4	-0,1	-15,6	-0,2
Produtos acabados diversos	1294	1392	5,1	6,0	5,9	5,8	8,1	0,5	7,5	0,4
Total sem energéticos	19 479	21 116	79,2	88,4	88,2	88,4	9,7	8,7	8,4	7,4
Mercados de origem										
Intra UE	16 736	18 288	71,5	76,2	75,8	76,5	9,6	7,4	9,3	7,0
dos quais:										
UE -15	15 908	17 396	68,8	72,6	72,0	72,8	9,5	7,0	9,4	6,7
Espanha	6 922	7 548	31,8	32,0	31,3	31,6	8,8	2,9	9,1	2,8
Alemanha	3 047	3 312	11,3	13,7	13,8	13,9	12,0	1,6	8,7	1,2
França	1 670	1 964	6,6	7,4	7,6	8,2	11,3	0,9	17,6	1,3
Itália	1 195	1 266	5,2	5,5	5,4	5,3	9,6	0,5	5,9	0,3
Países Baixos	1 142	1 248	4,8	5,4	5,2	5,2	15,2	0,8	9,4	0,5
Bélgica	602	676	2,5	2,8	2,7	2,8	10,7	0,3	12,2	0,3
Reino Unido	627	600	3,0	2,7	2,8	2,5	-1,0	0,0	-4,3	-0,1
Polónia	293	288	0,7	1,2	1,3	1,2	7,5	0,1	-1,8	0,0
Suécia	225	237	1,0	0,9	1,0	1,0	-3,2	0,0	5,1	0,1
Alargamento	828	892	2,7	3,6	3,7	3,7	12,0	0,4	7,7	0,3
Extra UE	5 347	5 606	28,5	23,8	24,2	23,5	12,1	2,8	4,9	1,2
dos quais:										
China	622	693	2,5	3,0	2,8	2,9	14,0	0,4	11,4	0,3
Rússia	580	325	0,8	2,3	2,6	1,4	-19,5	-0,5	-44,0	-1,2
Brasil	384	344	2,4	1,8	1,7	1,4	10,8	0,2	-10,6	-0,2
EUA	357	375	1,7	1,4	1,6	1,6	5,5	0,1	4,9	0,1
Azerbaijão	226	260	0,9	1,0	1,0	1,1	39,0	0,3	15,4	0,2
Turquia	247	266	0,6	1,0	1,1	1,1	10,6	0,1	7,7	0,1
Índia	206	221	0,6	0,9	0,9	0,9	12,8	0,1	7,4	0,1
Arábia Saudita	211	199	1,6	0,9	1,0	0,8	3,3	0,0	-6,1	-0,1
Cazaquistão	154	264	1,3	0,7	0,7	1,1	70,7	0,4	70,7	0,5
Coreia do Sul	139	152	0,3	0,6	0,6	0,6	18,9	0,1	9,2	0,1
Guiné Equatorial	104	161	0,8	0,6	0,5	0,7	139,2	0,4	55,2	0,3
Colômbia	131	90	0,5	0,5	0,6	0,4	-1,0	0,0	-31,2	-0,2
Singapura	95	18	0,0	0,5	0,4	0,1	108,9	0,2	-81,2	-0,3
OPEP^[4]	545	860	9,5	2,7	2,5	3,6	11,1	0,3	57,9	1,4
EFTA	122	146	0,9	0,5	0,6	0,6	3,6	0,0	19,6	0,1
PALOP	72	244	3,2	0,5	0,3	1,0	-23,5	-0,2	236,7	0,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.

[1] Últimos 12 meses a terminar em abril de 2018.

[2] (mai 17-abr 18)/(mai 16-abr 17) x 100 - 100.

[3] Contributo para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

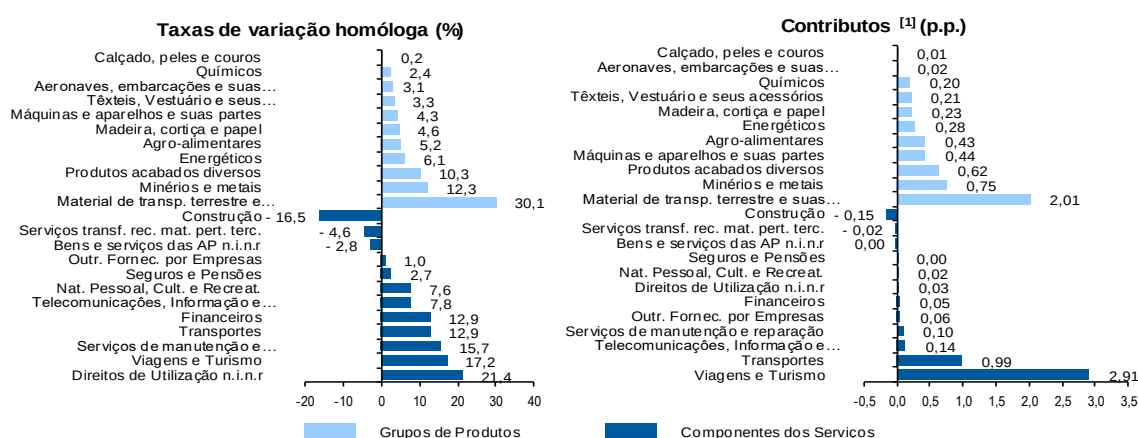
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de abril de 2018, nos primeiros quatro meses de 2018, as “Exportações” de Bens e Serviços cresceram 6,6%, em termos homólogos, tendo a componente dos Bens contribuído positivamente (4,4 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros quatro meses de 2018, a componente dos Serviços representou 31,5% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,2 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações”, o peso desta componente foi de 17,6% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (7,8%) em 0,8 p.p. (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em abril de 2018, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes” (2,01 p.p.) e dos “Minérios e metais” (0,75 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (2,91 p.p.) e Transportes (0,99 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em abril de 2018



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} + 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (9,3%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

							Valores em milhões de Euros				
	jan-abr		Estrutura (%)				média anual 12-17	Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-abr			12 meses ^[1]		jan-abr	
	2017	2018	2012	2017	2017	2018		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	25 836	27 534	100,0	100,0	100,0	100,0	5,5	9,3	9,3	6,6	6,6
Bens	17 732	18 870	68,8	64,1	68,6	68,5	4,0	8,0	5,2	6,4	4,4
Serviços	8 104	8 664	31,2	35,9	31,4	31,5	8,6	11,8	4,1	6,9	2,2
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	141	89	0,6	0,5	0,5	0,3	3,3	-4,6	0,0	-37,0	-0,2
Serv. de manutenção e reparação	175	174	0,6	0,7	0,7	0,6	8,1	15,7	0,1	-1,0	0,0
Transportes	1977	2 217	8,0	7,8	7,7	8,1	4,9	12,9	1,0	12,1	0,9
Viagens e Turismo	3 463	3 871	13,4	18,0	13,4	14,1	12,0	17,2	2,9	11,8	1,6
Construção	213	170	0,9	0,8	0,8	0,6	2,7	-16,5	-0,2	-20,5	-0,2
Seguros e Pensões	48	49	0,2	0,2	0,2	0,2	4,6	2,7	0,0	2,7	0,0
Financiários	104	114	0,7	0,4	0,4	0,4	-4,4	12,9	0,1	9,2	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	59	65	0,1	0,2	0,2	0,2	27,8	214	0,0	11,0	0,0
Telecom., Informação e Informática	443	499	1,5	1,7	1,7	1,8	8,8	7,8	0,1	12,6	0,2
Outr. Forneç. por Empresas	1334	1304	4,6	5,3	5,2	4,7	8,3	1,0	0,1	-2,3	-0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	90	70	0,4	0,3	0,4	0,3	0,6	7,6	0,0	-22,8	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	56	42	0,3	0,2	0,2	0,2	-8,0	-2,8	0,0	-23,9	-0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	25 886	27 906	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	9,9	9,9	7,8	7,8
Bens	21 180	23 003	81,5	81,9	81,8	82,4	4,3	10,5	8,6	8,6	7,0
Serviços	4 706	4 904	16,5	18,1	18,2	17,6	6,8	7,0	1,3	4,2	0,8
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	7	2	0,0	0,0	0,0	0,0	-12,0	-58,3	0,0	-69,8	0,0
Serv. de manutenção e reparação	151	128	0,4	0,5	0,6	0,5	14,3	6,5	0,0	-15,2	-0,1
Transportes	133	187	4,7	4,5	4,3	4,3	3,7	12,7	0,6	6,6	0,3
Viagens e Turismo	1353	1443	4,6	5,3	5,2	5,2	7,8	9,1	0,5	6,7	0,3
Construção	31	37	0,2	0,1	0,1	0,1	2,5	10,1	0,0	20,4	0,0
Seguros e Pensões	132	134	0,4	0,5	0,5	0,5	6,8	4,1	0,0	12	0,0
Financiários	145	162	0,9	0,6	0,6	0,6	-5,9	-0,6	0,0	11,2	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	269	264	0,6	0,9	1,0	0,9	14,3	-13	0,0	-18	0,0
Telecom., Informação e Informática	310	321	1,2	1,1	1,2	1,1	4,6	-3,4	0,0	3,4	0,0
Outr. Forneç. por Empresas	1083	1107	2,7	4,1	4,2	4,0	14,1	7,5	0,3	2,2	0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	71	75	0,7	0,3	0,3	0,3	-12,9	-9,4	0,0	5,3	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	40	43	0,1	0,2	0,2	0,2	11,3	-5,2	0,0	8,2	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até abril de 2018.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuída a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Comércio internacional português do calçado - 2012 a 2017

Walter Anatole Marques ¹

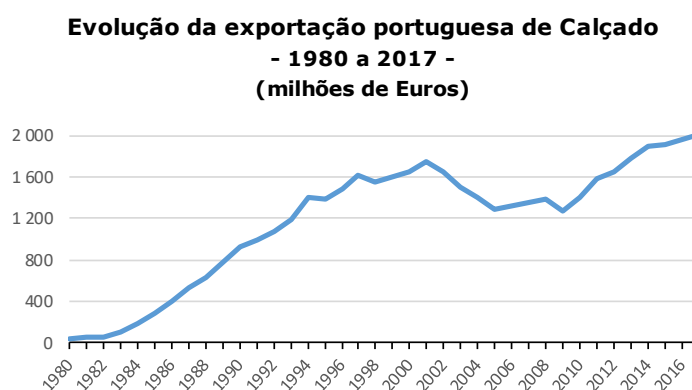
1. Nota introdutória

O sector português do calçado, essencialmente exportador, conheceu um processo de expansão a partir dos anos 70 do século passado, no contexto da primeira fase da integração europeia, e com grande força a partir de meados da década de 80.

À medida que os salários em Portugal se foram aproximando dos padrões europeus, houve que se procurar novos fatores de competitividade e de versatilidade, a par de uma maior produtividade e cumprimento dos prazos de entrega, por forma a dar resposta pronta às exigências dos mercados.

A facilidade da sua implantação, devido à utilização de uma tecnologia relativamente acessível e à forte componente de mão-de-obra, que justificaram a entrada em Portugal de empresas multinacionais do sector, são as mesmas razões que explicam mais tarde a deslocalização de empresas europeias, incluindo a partir de Portugal, com consequente quebra na produção, para países menos desenvolvidos, em particular asiáticos, onde os custos salariais são mais baixos, gerando uma forte competitividade, situação que se tornou mais crítica por altura da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001.

Ainda na década de 90, em vésperas da entrada da China na OMC, houve já empresas que iniciaram então um processo de modernização, assente num up-grade da tecnologia aplicada, na utilização de recursos humanos mais qualificados e no apuramento do “design”, visando um maior valor acrescentado dos produtos face a uma quebra quantitativa da produção, processo algo moroso, como se pode observar no andamento do gráfico principalmente entre os anos 2001 e 2005.



Fonte: A partir de dados de base do INE

A partir de 2009, assistiu-se a uma recuperação sustentada das exportações, sendo um dos objetivos deste trabalho analisar a evolução do sector entre 2012 e 2017.

No ponto 2 deste trabalho faz-se uma abordagem ao sector mundial do calçado e à posição relativa de Portugal, para no ponto 3 se analisar a evolução do comércio internacional português do sector nos últimos anos.

2. Abordagem ao sector mundial do calçado

Os principais exportadores mundiais de calçado no biénio 2015-2016 foram dois países asiáticos, a China e o Vietname, que representaram em conjunto mais de metade da exportação mundial, com o último

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

destes países a ultrapassar a Itália, que mantinha a segunda posição no “ranking”. Seguiram-se a Alemanha, a Bélgica, a Indonésia, a França, os Países Baixos, a Espanha, a Índia e, na 11^a posição, Portugal, com 1,6% do total. Abaixo de Portugal, mas a curta distância, seguiu-se o Reino Unido, e depois a Roménia, os EUA, a Polónia e o Brasil. Este conjunto de 16 países representou, neste período, cerca de 88% das exportações mundiais de calçado.

**Evolução das quotas mundiais dos principais países
exportadores de calçado (%)
- Média Bienal - 2001 a 2016 -**

	2001-02	2003-04	2005-06	2007-08	2009-10	2011-12	2013-14	2015-16
% do Mundo [1]	85,1	85,6	85,9	85,3	85,8	86,3	86,6	87,6
China [2]	34,4	34,8	37,9	38,3	41,4	42,9	42,8	40,1
Vietname	3,7	4,4	4,8	5,1	5,2	6,1	7,2	11,5
Itália	15,8	15,6	13,5	12,8	10,6	9,7	8,9	7,9
Alemanha	3,2	3,6	3,8	4,1	4,3	4,2	4,0	4,2
Bélgica	3,6	3,5	3,9	4,0	4,0	3,7	4,0	4,2
Indonésia	2,8	2,2	2,2	2,0	2,4	2,9	2,9	3,4
França	2,1	2,4	2,3	2,4	2,2	2,3	2,3	2,4
P.Baixos	1,7	2,2	2,2	2,3	2,6	2,7	2,6	2,3
Espanha	4,3	4,1	3,2	3,1	2,9	2,5	2,5	2,4
Índia	1,3	1,3	1,6	1,7	1,7	1,7	2,1	2,1
Portugal	3,1	2,9	2,3	2,2	2,0	1,9	1,8	1,6
R.Unido	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4	1,3	1,5	1,6
Roménia	2,2	2,6	2,4	2,0	1,6	1,5	1,3	1,1
EUA	1,6	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Polónia	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,8
Brasil	3,3	3,1	2,8	2,3	1,7	1,2	0,9	0,8

Por memória:

PT base INE:	3,2	3,0	2,3	2,2	2,0	1,9	1,8	1,6
--------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

[1] O total do Mundo corresponde ao total dos países que forneceram informação à base de dados COMTRADE da ONU e a cálculos do ITC. [2] Inclui Hong-Kong e Macau.

Fonte: International Trade Centre (ITC) -com base COMTRADE (ONU) e cálculos ITC.

Como se pode observar no quadro, o peso da exportação portuguesa de calçado para o mundo desceu sustentadamente de 3,1% do total no biénio 2001-2002 (3,2% de acordo com as estatísticas portuguesas), para 1,6% em 2015-2016, com o peso da China a subir de 34,4% para 40,1% e o do Vietname de 3,7% para 11,5%.

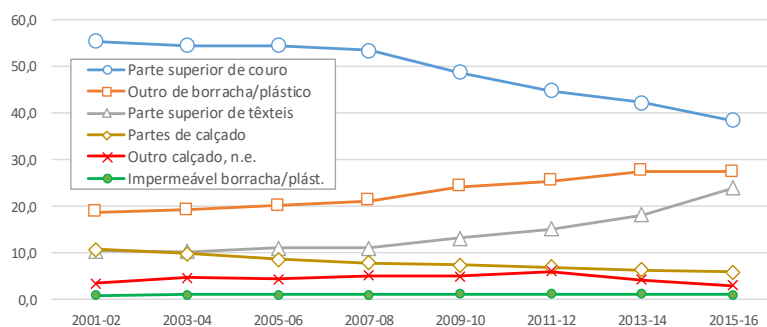
Por tipos de calçado, prevalece o calçado com a parte superior em couro, que viu, contudo, o seu peso no total descer sucessivamente de 55,4%, no biénio 2001-2002, para 38,5% em 2015-2016, seguido do calçado de borracha ou plástico e do calçado com a parte superior em têxteis, cujo peso subiu respetivamente de 18,9% para 27,5% e de 10,5% para 24,0% no mesmo período.

As partes de calçado ocupam presentemente a quarta posição, tendo o seu peso no total descido sucessivamente de 10,7% em 2001-2002 para 5,9% em 2015-2016.

Com peso residual situam-se depois o calçado não especificado e o calçado impermeável de borracha ou plástico.

Estrutura da exportação mundial por tipos de calçado (%)
- Média bienal de 2001 a 2016 -

	2001-02	2003-04	2005-06	2007-08	2009-10	2011-12	2013-14	2015-16
6403 Parte superior de couro	55,4	54,6	54,5	53,4	48,7	44,8	42,3	38,5
6402 Outro de borracha/plástico	18,9	19,3	20,1	21,3	24,3	25,5	27,6	27,5
6404 Parte superior de têxteis	10,5	10,4	11,1	11,1	13,2	15,2	18,2	24,0
6406 Partes de calçado	10,7	9,9	8,7	7,9	7,4	7,1	6,4	5,9
6405 Outro calçado, n.e.	3,5	4,8	4,5	5,2	5,0	6,1	4,3	3,0
6401 Impermeável borracha/plást.	1,0	1,1	1,1	1,1	1,3	1,3	1,3	1,1



Fonte: International Trade Centre (ITC) - com base COMTRADE (ONU) e cálculos ITC.

3. Comércio internacional português do calçado – 2012 a 2017

3.1. Balança Comercial

A Balança Comercial do calçado é amplamente favorável a Portugal, tanto no espaço Intra-comunitário com em relação aos Países Terceiros, com elevados graus de cobertura das importações pelas exportações.

Tanto as importações como as exportações cresceram sustentadamente ao longo do período de 2012 a 2017.

Balança comercial portuguesa do calçado
- Mundo, Intra e Extra UE-28 -
(2012 a 2017)

	milhões de Euros					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo						
Importação (Cif)	527	550	655	698	770	807
TVH	-	4,5	19,0	6,6	10,3	4,8
Exportação (Fob)	1 645	1 779	1 900	1 906	1 959	2 012
TVH	-	8,2	6,8	0,4	2,8	2,7
Saldo (Fob-Cif)	1 118	1 229	1 245	1 208	1 190	1 205
TVH	-	9,9	1,3	-2,9	-1,6	1,3
Cobertura (Fob/Cif) (%)	312,4	323,3	290,2	273,1	254,5	249,4
Intra UE-28						
Entrada (Cif)	433	456	519	547	614	633
TVH	-	5,1	13,9	5,3	12,3	3,2
Saída (Fob)	1 490	1 554	1 649	1 647	1 698	1 731
TVH	-	4,2	6,2	-0,1	3,1	1,9
Saldo (Fob-Cif)	1 057	1 098	1 130	1 100	1 084	1 098
TVH	-	3,9	2,9	-2,6	-1,5	1,2
Cobertura (Fob/Cif) (%)	343,9	340,9	317,8	301,3	276,7	273,3
Extra UE-28						
Importação (Cif)	93	95	136	151	156	173
TVH	-	1,6	43,4	11,6	3,1	11,0
Exportação (Fob)	154	225	250	259	261	281
TVH	-	46,1	11,1	3,7	0,8	7,5
Saldo (Fob-Cif)	61	131	115	108	105	108
TVH	-	113,8	-12,3	-5,8	-2,5	2,3
Cobertura (Fob/Cif) (%)	165,7	238,2	184,6	171,4	167,5	162,2

Fonte: A partir de dados de base do INE - 2012 a 2016 definitivos;
2017 preliminares (com última actualização em 09-04-2018)

3.2. Principais mercados de origem das importações de calçado

No período em análise, o principal mercado de origem das importações portuguesas de calçado foi a Espanha, com 33,9% do total em 2017.

Seguiram-se neste ano a Itália (9,2%), a Alemanha (9,0%), a França (8,0%), a Bélgica (7,6%), a China (7,0%), os Países Baixos (6,7%), a Indonésia (5,9%), a Índia (4,8%) e o Reino Unido (1,8%), países que, no seu conjunto, representaram 93,9% do total das importações de calçado neste ano.

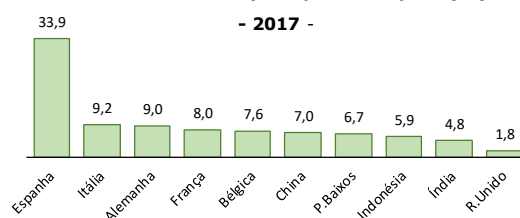
Em 2017, cerca de 80% das importações tiveram origem no espaço da União Europeia.

Face ao ano anterior, as importações de calçado cresceram 37 milhões de Euros, cabendo um aumento de 17 milhões à Indonésia, de 7 milhões ao Reino Unido, de 5 milhões à Alemanha e de 3 milhões à Bélgica.

**Os 10 principais mercados de origem
do calçado em Portugal
(2012-2017)**

	milhões de Euros					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAL	527	550	655	698	770	807
ES Espanha	196	216	232	242	275	274
IT Itália	63	60	67	75	79	74
DE Alemanha	36	40	54	61	68	73
FR França	44	41	51	56	63	64
BE Bélgica	50	41	48	51	58	61
CN China	47	47	59	67	59	57
NL P.Baixos	32	40	41	45	52	54
ID Indonésia	1	11	28	28	30	47
IN Índia	19	21	29	33	42	39
GB R.Unido	2	4	6	6	7	14

Peso no Total da importação de calçado (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE - 2012 a 2016 definitivos;
2017 preliminares (com última actualização em 09-04-2018)

3.3. Importações por tipos de calçado

Entre 2012 e 2017 a importação portuguesa de calçado representou cerca de 1% da importação global.

Por tipos de produtos, definidos ao nível de quatro dígitos da Nomenclatura Combinada em uso na União Europeia, coincidente até seis dígitos com o Sistema Harmonizado utilizado pela generalidade dos países, destaca-se a importação de calçado com a parte superior em couro (27,6% em 2017), seguida do calçado com a parte superior em têxteis (25,0%), das partes de calçado (22,9%) e de outro calçado de borracha ou plástico, não impermeável (21,1%).

Com peso residual alinham-se depois outro calçado não especificado (2,3%) e o calçado impermeável, de borracha ou plástico (1,0% do total em 2017).

Em 2017, face a 2012, os maiores aumentos em Euros verificaram-se nas importações de calçado com a parte superior de têxteis (+108,2 milhões de euros), de calçado de borracha ou plástico, não impermeável (+65,4 milhões), de partes de calçado (+61,8 milhões) e de calçado com a parte superior de couro (41,7 milhões de euros).

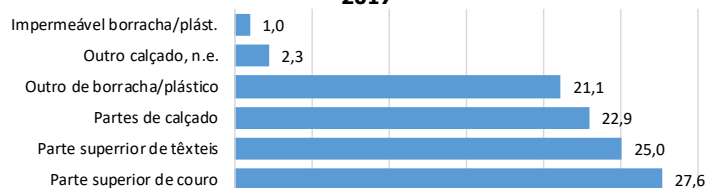
**Importação de calçado
desagregado a 4 dígitos da Nomenclatura Combinada
- 2012 a 2017 -**

milhões de Euros

NC		2012	2013	2014	2015	2016	2017
64	Calçado e suas partes <i>Peso no total (%)</i>	526,6 0,9	550,3 1,0	654,7 1,1	697,9 1,2	769,8 1,3	806,5 1,2
6401	Impermeável borracha/plást.	8,3	8,8	9,3	6,1	6,9	8,3
6402	Outro de borracha/plástico	104,9	111,4	149,2	147,4	169,6	170,3
6403	Parte superior de couro	181,2	181,0	191,9	214,6	217,8	222,9
6404	Parte superior de têxteis	93,7	94,7	120,3	149,5	183,1	201,9
6405	Outro calçado, n.e.	15,4	26,2	18,0	18,0	18,6	18,3
6406	Partes de calçado	123,1	128,1	165,9	162,4	173,8	184,9

Peso no Total por tipos de calçado (%)

2017



Fonte: A partir de dados de base preliminares do INE - última actualização em 09-04-2018.
(<http://www.ine.pt>)

Do quadro seguinte constam os principais mercados de origem das importações portuguesas por tipos de calçado, em 2017.

**Principais mercados de origem
por tipos de calçado (%)
- 2017 -**

6401 Impermeável	6402 - Outro de borracha/plást.	6403 - Parte sup. de couro
P.Baixos 37,0	Espanha 51,0	Espanha 36,3
Espanha 23,0	China + HK 13,7	Itália 11,8
França 19,3	Bélgica 7,6	Alemanha 10,4
Itália 11,2	França 7,1	P.Baixos 9,7
Alemanha 3,2	P.Baixos 7,0	Bélgica 8,8
China + HK 1,6	Itália 5,2	França 7,3
Bélgica 1,1	Alemanha 4,7	China + HK 4,3
Camboja 1,0	Brasil 2,0	R.Unido 3,3
Bósnia-H. 0,8	Polónia 0,4	Índia 2,3
Polónia 0,6	R.Unido 0,2	Brasil 1,5
% do Total 98,7	% do Total 99,0	% do Total 95,8

(continua)

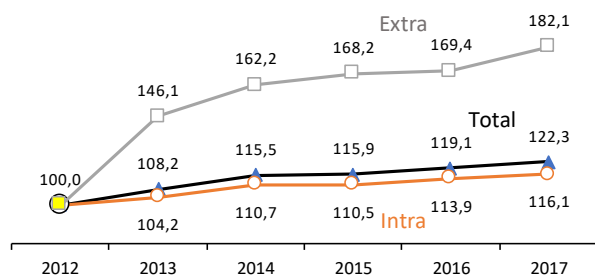
6404 - Parte sup. de têxteis	6405 - Outro não especificado	6406 - Partes de calçado
Espanha 39,3	Espanha 52,6	Indonésia 25,3
Bélgica 13,1	França 12,7	Índia 18,2
China + HK 11,3	Bélgica 9,4	Itália 15,4
França 10,2	Itália 7,6	Alemanha 13,8
Alemanha 7,8	P.Baixos 7,3	Espanha 8,1
P.Baixos 7,6	R.Unido 2,5	França 6,0
Itália 4,1	Brasil 1,8	Vietname 2,4
R.Unido 2,9	Alemanha 1,4	Eslováquia 2,2
Rep. Checa 1,9	China + HK 1,3	C. Verde 1,8
Brasil 0,6	Polónia 1,0	Tailândia 1,8
% do Total 98,8	% do Total 97,7	% do Total 95,0

Fonte: A partir de dados de base preliminares do INE - última actualização em 09-04-2018 (<http://www.ine.pt>).

3.4. Principais mercados de destino das exportações de calçado

O Peso das exportações de calçado para o espaço Extra-comunitário no total aumentou de 9,4%, em 2012, para 14,0%, em 2017, com as exportações para os parceiros comunitários a crescerem também, mas a um ritmo inferior.

Ritmo de crescimento das exportações portuguesas de calçado para o espaço Intra e Extra-comunitário (2012 = 100)



[1] Capº 64 da Nomenclatura Combinada

Fonte: A partir de dados de base do INE - 2012 a 2016 definitivos;
2017 preliminares (com última actualização em 09-04-2018)

Entre 2012 e 2015 os principais mercados de destino das exportações portuguesas de calçado foram a França (20,8% do total em 2017), a Alemanha (19,1%), os Países Baixos (14,0%) e a Espanha (9,1%).

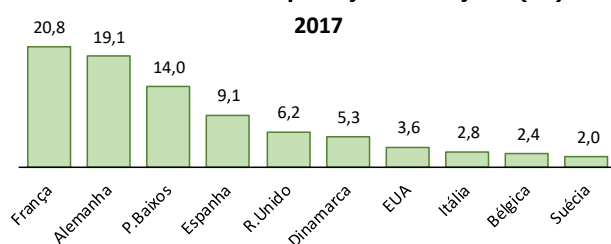
Com quotas inferiores alinharam-se depois, ainda em 2017, o Reino Unido (6,2%), a Dinamarca (5,3%), os EUA (3,6%), a Itália (2,8%), a Bélgica (2,4%), e a Suécia (2,0%).

Os 10 principais mercados de destino do calçado português (2012-2017)

milhões de Euros

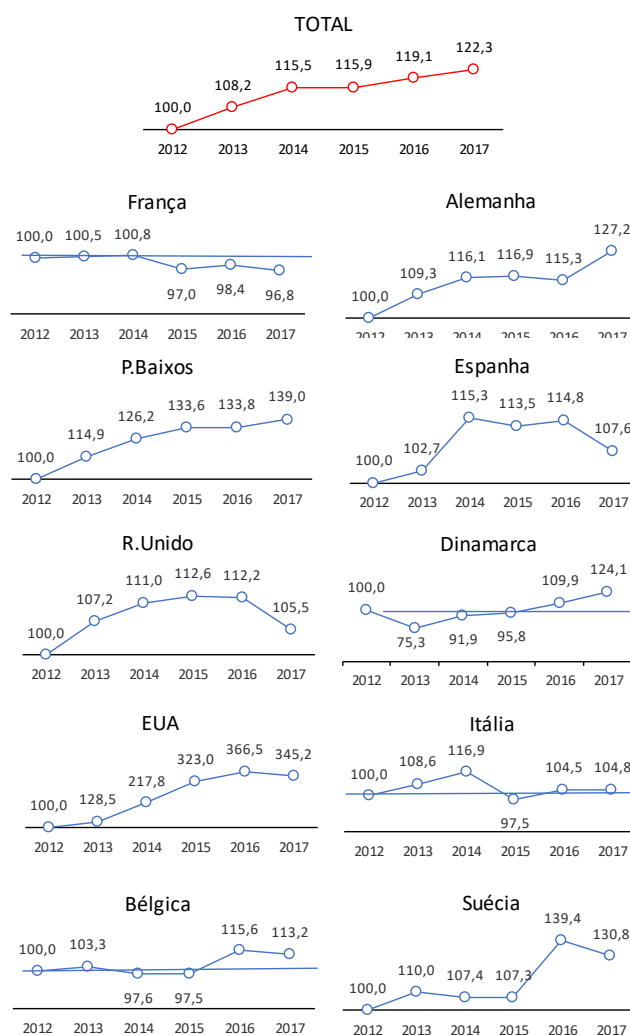
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAL	1 645	1 779	1 900	1 906	1 959	2 012
FR França	433	436	437	420	426	419
DE Alemanha	302	330	351	353	348	385
NL P.Baixos	202	232	255	270	271	281
ES Espanha	171	175	197	194	196	184
GB R.Unido	119	127	132	134	133	125
DK Dinamarca	86	65	79	83	95	107
US EUA	21	27	46	68	77	72
IT Itália	54	59	63	53	56	57
BE Bélgica	43	44	42	42	49	48
SE Suécia	30	33	32	32	42	39
% da Total >>	88,9	85,9	86,0	86,5	86,5	85,4

Peso no Total da exportação de calçado (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE - 2012 a 2016 definitivos;
2017 preliminares (com última actualização em 09-04-2018)

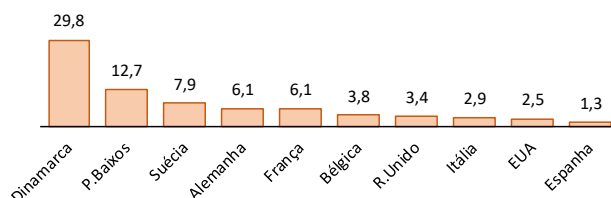
Ritmo de crescimento anual das exportações de calçado nos principais mercados de destino (2012=100)



Fonte: A partir de dados de base do INE - 2012 a 2016 definitivos;
2017 preliminares (com última actualização em 09-04-2018)

De 2012 a 2017, entre os dez países, aqueles em que o calçado deteve anualmente o maior peso no total das exportações com esse destino foram a Dinamarca (29,8% em 2017) e os Países Baixos (12,7%). Em 2017 seguiram-se a Suécia (7,9%), a Alemanha e da França (6,1% cada).

Peso do calçado no total da exportação para cada mercado em 2017 (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE - 2012 a 2016 definitivos;
2017 preliminares (com última actualização em 09-04-2018)

3.5. Exportações por tipos de calçado

De 2012 e 2017 a exportação portuguesa de calçado representou entre 3,6% e 4,0% da importação global.

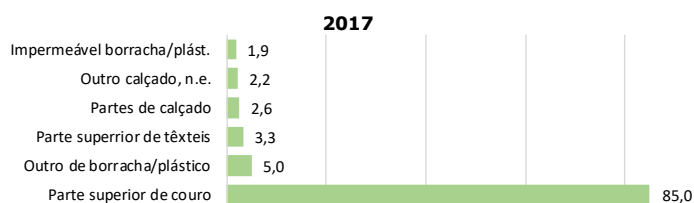
Por tipos de produtos, definidos ao nível de quatro dígitos da Nomenclatura Combinada, destaca-se a exportação de calçado com a parte superior em couro (85,0% do total em 2017), seguida do calçado de

borracha ou plástico, não impermeável (5,0%), do calçado com a parte superior de têxteis (3,3%), das partes de calçado (2,6%), de outro calçado não especificado (2,2%) e do calçado impermeável de borracha ou plástico (1,9%).

**Exportação de calçado
desagregado a 4 dígitos da Nomenclatura Combinada
- 2012 a 2017 -**

		milhões de Euros					
NC		2012	2013	2014	2015	2016	2017
64	Calçado e suas partes Peso no total (%)	1 644,7 3,6	1 779,1 3,8	1 899,6 4,0	1 906,3 3,8	1 959,3 3,9	2 011,8 3,7
6401	Impermeável borracha/plást.	25,7	31,2	38,2	37,2	36,3	37,8
6402	Outro de borracha/plástico	37,8	57,5	71,8	82,7	95,0	100,5
6403	Parte superior de couro	1 416,8	1 529,9	1 652,5	1 655,1	1 687,4	1 710,6
6404	Parte superior de têxteis	40,6	38,5	41,8	40,7	47,4	66,8
6405	Outro calçado, n.e.	79,6	77,5	50,3	47,8	45,6	44,8
6406	Partes de calçado	44,2	44,5	45,0	42,9	47,5	51,4

Peso no Total por tipos de calçado (%)



Fonte: A partir de dados de base preliminares do INE - última actualização em 09-04-2018.
(<http://www.ine.pt>)

Em 2017, face ao valor que detinham em 2012, os maiores aumentos em euros verificaram-se nas exportações de calçado com a parte superior de couro (+293,9 milhões de euros) e de calçado de borracha ou plástico, não impermeável (+62,7 milhões). Aumentaram também as exportações de calçado com a parte superior de têxteis (+26,1 milhões), de calçado impermeável de borracha ou plástico (+12,1 milhões) e de partes de calçado (+7,2 milhões), tendo diminuído as de outro calçado, não especificado (-34,8 milhões de euros).

Do quadro seguinte constam os principais mercados de destino das exportações portuguesas por tipos de calçado, em 2017.

**Principais mercados de destino
por tipos de calçado (%)
- 2017 -**

6401 Impermeável	6402 - Outro de borracha/plást.	6403 - Parte sup. de couro
R.Unido 20,5	França 31,9	França 20,6
Alemanha 16,1	Espanha 22,3	Alemanha 19,8
França 15,0	Alemanha 20,5	P.Baixos 14,9
Espanha 14,0	P.Baixos 10,0	Espanha 7,5
P.Baixos 7,8	Angola 2,1	R.Unido 6,1
Bélgica 3,9	Itália 1,9	Dinamarca 6,0
Burkina Faso 3,2	Bélgica 1,3	EUA 3,8
Itália 2,5	Suécia 1,1	Itália 2,8
Irlanda 1,8	Noruega 1,1	Bélgica 2,5
Áustria 1,6	R.Unido 1,1	Suécia 1,9
Grécia 1,5	EUA 0,5	Rússia 1,8
Hungria 1,4	Polónia 0,5	Canadá 1,5
Angola 1,4	Suíça 0,4	Noruega 0,9
% do Total 90,7	% do Total 94,7	% do Total 90,3

6404 - Parte sup. de têxteis	6405 - Outro não especificado	6406 - Partes de calçado
Espanha 24,5	França 27,6	França 20,6
R.Unido 10,0	P.Baixos 17,2	Espanha 20,0
França 9,9	R.Unido 11,4	Alemanha 15,7
Alemanha 8,6	Alemanha 11,2	Roménia 9,2
EUA 8,1	Suécia 9,3	Eslováquia 7,7
P.Baixos 5,0	Finlândia 4,1	Itália 4,5
Angola 5,0	Dinamarca 3,9	P.Baixos 2,5
Japão 4,9	Espanha 3,6	Eslovénia 2,0
Dinamarca 3,0	Bélgica 2,5	Índia 1,9
Itália 2,9	Itália 1,8	R.Unido 1,9
Bélgica 2,4	Angola 1,7	Marrocos 1,8
Austrália 1,8	Emiratos 1,1	Áustria 1,8
Rússia 1,0	EUA 0,9	Israel 1,7
% do Total 87,1	% do Total 96,3	% do Total 91,3

Fonte: A partir de dados de base preliminares do INE - última actualização em 09-04-2018 (<http://www.ine.pt>).

3.6. Índices de variação homóloga das exportações de calçado em valor, volume e preço

Foram calculados os índices de evolução em preço, do tipo Paasche, para as exportações de cada tipo de calçado, e daí para o total, a partir dos respetivos dados elementares a oito dígitos da Nomenclatura Combinada divulgados pelo INE para o ano de 2017, em versão ainda preliminar, com base no ano anterior.

Estes índices de preço foram depois utilizados como deflatores dos índices de valor para o cálculo dos correspondentes índices de volume.

De acordo com os dados disponíveis, verifica-se que as exportações de calçado em 2017, terão crescido +2,7% em valor, +2,6% em volume e +0,1% em preço, face ao ano anterior.

O maior aumento em volume coube ao calçado com a parte superior de têxteis (+59,9%), seguido do calçado impermeável de borracha ou plástico (+7,3%), do calçado de borracha ou plástico não impermeável (+2,1%) e do calçado com a parte superior em couro (+1,2%). Registaram-se quebras em volume nas exportações do calçado não especificado (-4,0%) e das partes de calçado (-3,7%).

Verificaram-se aumentos em preço na exportação de partes de calçado (+12,4%), no calçado de borracha ou plástico, não impermeável (+3,6%), no calçado não especificado (+2,2%) e no calçado com a parte superior de couro (+0,2%), e decréscimos no calçado com a parte superior de têxteis (-11,9%) e no calçado impermeável de borracha ou plástico (-3,0%).

**Índices de variação homóloga em valor, volume e preço
das exportações de calçado
desagregado a 4 dígitos da Nomenclatura Combinada
- 2017/2016 -**

NC		1000 Euros		Índices		
		2016	2017	Valor	Volume	Preço
64	Calçado e suas partes	1 959 254	2 011 843	102,7	102,6	100,1
6401	Impermeável borracha/plást.	36 312	37 784	104,1	107,3	97,0
6402	Outro de borracha/plástico	95 047	100 487	105,7	102,1	103,6
6403	Parte superior de couro	1 687 405	1 710 637	101,4	101,2	100,2
6404	Parte superior de têxteis	47 379	66 751	140,9	159,9	88,1
6405	Outro, n.e.	45 623	44 769	98,1	96,0	102,2
6406	Partes de calçado	47 488	51 416	108,3	96,3	112,4

*Fonte: A partir de dados de base preliminares do INE para 2017 - última actualização em 09-04-2018.
(<http://www.ine.pt>).*

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Exposição Mundial Dubai 2020 – Divulgação da Economia Portuguesa Conselho de Ministros de 14 de junho de 2018	Aprovou a resolução que designa o Comissário Geral de Portugal na Exposição Mundial Dubai 2020 e procede à indicação dos membros do Governo responsáveis pelos trabalhos de concretização da participação nacional neste evento, que será uma oportunidade de divulgação da cultura e economia portuguesas.
Atividades de I&D Conselho de Ministros de 28 de junho de 2018	Aprovou o decreto-lei que estabelece as regras aplicáveis à simplificação de processos aquisitivos de bens e serviços e de princípios concursais e de gestão financeira necessários à prossecução de atividades de I&D, posicionando Portugal na liderança europeia de políticas públicas de apoio à investigação e inovação.
Programa Internacionalizar - Promoção das exportações Conselho de Ministros de 28 de junho de 2018	Criou o Conselho de Garantias Financeiras à Exportação e ao Investimento. Pretende-se agilizar os mecanismos de seguros de crédito, garantindo a necessária coordenação com as demais políticas do Governo e com as orientações gerais da União Europeia e da OCDE nesta matéria.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Fundo de Coinvestimento 200M Despacho n.º 5404/2018 - Diário da República n.º 104/2018, Série II de 2018-05-30	Designa a PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A., como entidade gestora do Fundo de Coinvestimento 200M.
Acesso à Habitação Decreto-Lei n.º 37/2018 - Diário da República n.º 106/2018, Série I de 2018-06-04	Cria o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação
Transposição de diretiva – Indemnização por infrações ao direito da concorrência Lei n.º 23/2018 - Diário da República n.º 107/2018, Série I de 2018-06-05	Direito a indemnização por infração ao direito da concorrência, transpõe a Diretiva 2014/104/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia, e procede à primeira alteração à Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, que aprova o novo regime jurídico da concorrência, e à quarta alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, Lei de Organização do Sistema Judiciário.
Precariedade e Negociação Coletiva Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2018 - Diário da República n.º 108/2018, Série I de 2018-06-06	Aprova o Programa de ação para combater a precariedade e promover a negociação coletiva
Atualização de Abonos Portaria n.º 160/2018 - Diário da República n.º 108/2018, Série I de 2018-06-06	Atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal, e respetivas majorações e do subsídio de funeral
Cooperação Económica Decreto n.º 18/2018 - Diário da República n.º 109/2018, Série I de 2018-06-07	Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Ucrânia sobre Cooperação Económica, assinado em Lisboa, em 18 de dezembro de 2017.
Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - Programa KC-390- EMBRAER Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2018 - Diário da República n.º 109/2018, Série I de 2018-06-07	Autoriza a despesa relativa à participação financeira do Estado Português na fase de conclusão, prevista para o final de 2018, do programa de desenvolvimento e produção da aeronave KC-390.

Assunto/Diploma	Descrição
Avaliação prévia do impacto legislativo - Custa Quanto? Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2018 - Diário da República n.º 110/2018, Série I de 2018-06-08	Estabelece como definitivo o modelo de avaliação prévia de impacto legislativo «Custa Quanto?».
Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema Decreto-Lei n.º 45/2018 - Diário da República n.º 116/2018, Série I de 2018-06-19	Cria o Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema.
Fundo Social Europeu Portaria n.º 175/2018 - Diário da República n.º 116/2018, Série I de 2018-06-19	Quinta alteração ao Regulamento que estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, aprovado em anexo à Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março.
Programa KC-390- EMBRAER – IAPMEI - Desenvolvimento Tecnológico e Industrial Despacho n.º 5976/2018 - Diário da República n.º 116/2018, Série II de 2018-06-19	Determina que as necessidades financeiras associadas ao cumprimento dos compromissos contratuais assumidos no programa KC-390 no âmbito da parceria estabelecida com a EMBRAER, S. A., são asseguradas pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P., (IAPMEI, I. P.).
Instrumentos financeiros de apoio à economia – Enquadramento orçamental Decreto-Lei n.º 46/2018 - Diário da República n.º 117/2018, Série I de 2018-06-20	Adapta o enquadramento orçamental aplicável a diversos instrumentos financeiros de apoio à economia.
Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego Portaria n.º 178/2018 - Diário da República n.º 117/2018, Série I de 2018-06-20	Segunda alteração do regulamento do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego, aprovado pela Portaria n.º 105/2017, de 10 de março.
Planos de Poupança Reforma Portaria n.º 176/2018 - Diário da República n.º 117/2018, Série I de 2018-06-20	Portaria que altera a Portaria n.º 1451/2002, de 11 de novembro, que cria e regulamenta os Planos de Poupança Reforma ("PPR").
Projecto de Investigação e Desenvolvimento Despacho n.º 6108/2018 - Diário da República n.º 119/2018, Série II de 2018-06-22	Aprova a minuta final do contrato de investimento e respetivos anexos, a celebrar pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., em representação do Estado Português, e a AMYRIS Bio Products Portugal, Unipessoal, Lda., e a Universidade Católica Portuguesa que tem por objeto um Projeto de Investigação e Desenvolvimento nas áreas de microbiologia genética e engenharia metabólica.
Certidão on-line de Pessoas Coletivas Decreto-Lei n.º 52/2018 - Diário da República n.º 120/2018, Série I de 2018-06-25	Altera o Registo Nacional de Pessoas Coletivas e cria a certidão online das Pessoas Coletivas.
Atualização Extraordinária das Pensões Decreto Regulamentar n.º 5/2018 - Diário da República n.º 121/2018, Série I de 2018-06-26	Regulamenta a atualização extraordinária das pensões prevista no artigo 110.º do Orçamento do Estado para 2018

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.